

**FACULDADE PADRE JOÃO BAGOZZI
CRISTIANE RODRIGUES DE JESUS**

**A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DE CAMPO LARGO: LIMITES E POSSIBILIDADES**

CURITIBA

2005

CRISTIANE RODRIGUES DE JESUS

**A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DE CAMPO LARGO: LIMITES E POSSIBILIDADES**

Trabalho monográfico teórico prático apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista no curso de Pós-Graduação *lato-sensu* em Gestão Escolar, Supervisão e Orientação Educacional, do CEPPEB – Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão Bagozzi, da Faculdade Pe João Bagozzi.

Orientadora: Prof. Regina Célia
Guimarães Farias da Costa

CURITIBA

2005

TERMO DE APROVAÇÃO

CRISTIANE RODRIGUES DE JESUS

A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE CAMPO LARGO: LIMITES E POSSIBILIDADES

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista, no Curso de Pós-Graduação (*lato senso*) em Gestão Escolar, Supervisão e Orientação Educacional da Faculdade Padre João Bagozzi.

AVALIAÇÃO

CONCEITO _____

PARECER DA ORIENTADORA: _____

Prof. _____

REGINA CÉLIA GUIMARÃES FARIAS DA COSTA

CURITIBA ____ / ____ / 2005

Dedico este trabalho à todos os educadores e funcionários da educação que acreditam na transformação da realidade atual e através do seu trabalho - quer seja ensinando, corrigindo, cozinhando ou limpando - com suas atitudes, mesmo sem perceber, auxiliam na construção de uma sociedade mais justa, humana e fraterna.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos...

À Ana Maria e Amilto, meus pais – por abrir as portas do mundo.

À Leliane, minha irmã – por abrir as portas do meu coração e me mostrar o caminho do afeto, da compreensão e paciência.

À Rosani Jochinsein, diretora – por abrir as portas da realidade escolar e pela constante força e estímulo.

Aos professores, funcionários, pais e alunos da Escola Municipal “O Ateneu” – por abrir as portas do seu coração e colaborar com minha pesquisa.

À Professora Regina Célia, minha orientadora – por me auxiliar no caminho a ser percorrido neste trabalho.

**“Instrui-vos, porque precisamos de vossa inteligência.
Agitai-vos, porque precisamos de vosso entusiasmo.
Organizai-vos, porque carecemos de toda vossa força.”**

Gramsci

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

RESUMO

| | |
|-----------------|----|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
|-----------------|----|

CAPÍTULO I

ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO

| | |
|---|----|
| FUNDAMENTAL..... | 14 |
| 1.1 O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ .. | 14 |
| 1.2 FINANCIAMENTO E PLANEJAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.. | 19 |

CAPÍTULO II

| | |
|---|----|
| GESTÃO ESCOLAR..... | 25 |
| 2.1 GESTÃO AUTORITÁRIA E A CENTRALIZAÇÃO | 25 |
| 2.2 DESCENTRALIZAÇÃO: O INÍCIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA | 26 |
| 2.3 AUTONOMIA E SUA CONTRADIÇÃO: É POSSÍVEL SUPERAR?..... | 27 |
| 2.4 MAS AFINAL, O QUE É GESTÃO DEMOCRÁTICA?..... | 28 |
| 2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ - LIMITAÇÕES E ALTERNATIVAS DE SUPERAÇÃO..... | 30 |

CAPÍTULO III

| | |
|---|----|
| CONSELHO ESCOLAR | 32 |
| 3.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR: DEFININDO A PARTICIPAÇÃO POPULAR..... | 32 |
| 3.2 O CONSELHO ESCOLAR COMO EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA..... | 33 |

CAPÍTULO IV

| | |
|---|----|
| MATERIAIS E MÉTODOS..... | 35 |
| 4.1 METODOLOGIA | 35 |
| 4.2 APRESENTAÇÃO DO CAMPO..... | 37 |
| 4.3 PRINCIPAIS INFORMAÇÕES OBTIDAS ATRAVÉS DA COLETA DE DADOS..... | 40 |
| 4.3.1 Questionários para os Pais..... | 41 |
| 4.3.2 Questionários para os Alunos..... | 43 |
| 4.3.3 Questionários para Funcionários..... | 45 |
| 4.3.4 Questionários para Professores..... | 47 |

| | |
|---|-----------|
| 4.3.5 Questionários para Equipe Diretiva-pedagógica..... | 51 |
| CAPITULO V | |
| ANÁLISE E RESULTADOS..... | 55 |
| 5.1 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS ATRAVÉS DA COLETA DE DADOS..... | 55 |
| 5.1.1 Análise dos Questionários dos Pais..... | 56 |
| 5.1.2 Análise dos Questionários dos Alunos | 56 |
| 5.1.3 Análise dos Questionários dos Funcionários..... | 56 |
| 5.1.4 Análise dos Questionários das Professoras..... | 56 |
| 5.1.5 Análise dos Questionários da Equipe Diretiva-Pedagógica..... | 57 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 59 |
| REFERÊNCIAS..... | 61 |
| APÊNDICES..... | 64 |
| ANEXOS..... | 69 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 - FOTOGRAFIA DA FACHADA DA ESCOLA..... | 48 |
| GRÁFICO 1 – TAXAS DE EVASÃO E REPETÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ | 22 |

RESUMO

Discussão da atuação do Conselho Escolar, baseada na análise de sua concepção e atuação em uma escola pública do município de Campo Largo-PR, efetuado entre os meses de agosto de 2004 e março de 2005, sob enfoque crítico, com o propósito de verificar e analisar como o Conselho Escolar é formado e organizado na escola bem como a concepção que a comunidade escolar possui no tocante à atuação do mesmo. Apóia-se em pesquisa bibliográfica dos conceitos de gestão, centralização/descentralização - visões neoliberal e progressista, gestão autoritária/democrática, e Conselho Escolar bem como de pesquisa documental: LDB 9394/96, Constituição Federal, Pareceres do Conselho Estadual de Educação, Proposta Pedagógica da Escola, Estatuto e Atas do Conselho Escolar. Faz um paralelo das informações coletadas com os dados da realidade extraídos de reportagens de jornais e revistas bem como de pesquisa de campo: observação das relações entre os membros da comunidade escolar, entrevistas (conversa informal) e aplicação de questionários a fim de identificar a disponibilidade e o nível de participação dos mesmos nas decisões da escola. Inicia com a contextualização do Ensino Fundamental através da compreensão da estrutura, do funcionamento e das políticas públicas e discorre sobre conceitos essenciais para a compreensão da importância da atuação dos Conselhos Escolares. Finalmente menciona a necessidade do comprometimento, do cultivo do diálogo e do desejo de mudança a fim de que haja uma participação mais efetiva na escola.

Palavras-chave: Conselho Escolar, Políticas Públicas, Gestão Democrática, Centralização/Descentralização, Autonomia, Participação Popular, Municipalização do Ensino, Escola Pública, Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

O princípio da Gestão Democrática - que engloba o acesso às informações e a participação de representantes dos diferentes segmentos escolares na administração escolar é amparado pela Constituição Federal de 88 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Esta garante ao Conselho Escolar - um dos pilares da gestão democrática – a “participação das comunidades escolar e local” nas decisões da escola.

Entretanto, essa conquista popular amparada por lei, muitas vezes existe apenas no papel, com o intuito de cumprir simplesmente uma exigência legal. Faço tal afirmação porque ao conviver com essa realidade, uma vez que trabalhei em escolas públicas da rede estadual como assistente administrativa por seis anos e neste período atuei em três escolas de Campo Largo, observei de perto esta situação.

Nessas três escolas, notei que a organização mais expressiva era a Associação de Pais e Mestres, mais por conta do recebimento e distribuição das verbas do que por outros aspectos. Até então não tinha nem sequer ouvido falar da atuação do Conselho Escolar, do qual tomei conhecimento da sua estrutura e funcionamento, bem como de sua importância somente no meio acadêmico, mais especificamente no quarto ano de Pedagogia.

Por conta de tal retrato, o presente estudo realizado na Escola Municipal O Ateneu, em Campo Largo, pretende problematizar a concepção de atuação do Conselho Escolar presente no cotidiano da comunidade escolar, bem como verificar como o mesmo é formado e organizado na escola. Travando um paralelo com as concepções legais, neoliberais e progressistas de atuação do mesmo, o trabalho apresenta um levantamento dos entraves do Conselho Escolar na prática além de levantar subsídios para a apropriação de soluções alternativas às limitações encontradas.

Assim, numa tentativa de analisar a realidade escolar à luz da legislação nacional, em todos os capítulos deste trabalho, foram utilizados dados do INEP (extraídos do Censo Escolar) e de reportagens (de jornais e revistas) atuais a fim de estabelecer um paralelo com a LDB 9394/96, a Constituição Federal 88 e o Plano Nacional de Educação, realizando assim uma análise teórico-prática da realidade atual.

Levando-se em conta que: *“Com a crescente mobilidade do capital, a educação deixou de ser uma questão nacional. Daí a interferência cada vez mais incisiva dos organismos transnacionais”* (OLIVEIRA: 1997, p.42), faz-se necessária uma contextualização das políticas públicas voltadas à Gestão Escolar, especificamente no Ensino Fundamental.

Para tanto, o primeiro capítulo, refere-se à Estrutura, Funcionamento e às Políticas Públicas adotadas para o Ensino Fundamental. O mesmo foi organizado com o objetivo de contextualizar o nível em questão através da compreensão da estrutura, do funcionamento e das políticas públicas aplicadas no mesmo, as quais deu origem a situação atual. Nos traz, portanto, informações essenciais para que possamos entender melhor o contexto em que a Gestão Democrática e conseqüentemente a temática do Conselho Escolar estão inseridas, uma vez que a mesma é intrínseca ao conceito de Gestão Democrática. A fim de atingir tal proposição, o capítulo subdivide-se em dois tópicos que se fazem preementes em uma discussão deste âmbito.

O primeiro tópico reporta-se a informações que tratam da estrutura e do funcionamento do nível no Brasil e no estado, introduzindo alguns questionamentos referentes ao financiamento internacional do Ensino Fundamental, bem como da qualidade do mesmo.

O outro nos traz informações essenciais para que possamos compreender as políticas de financiamento – internas e externas – e planejamento que regem Ensino Fundamental, expondo a situação atual do nível em questão.

Observou-se ainda, questões referentes a encaminhamentos gerenciais utilizados no espaço escolar: a gestão escolar, subdividida teoricamente em gestão autoritária e gestão democrática, as quais tornaram-se imprescindíveis à discussão proposta. Tais reflexões têm como objetivo definir e analisar fundamentos básicos inerentes.

Em virtude da complexidade dos conceitos, observou-se a necessidade de um estudo aprofundado sobre a Gestão Autoritária e a Centralização, onde se discutiu a origem histórica dessa modalidade de gestão bem como a estrutura na qual baseava-se a centralização do poder bem como as políticas internacionais que deram origem à descentralização em busca de uma maior qualidade no ensino. Neste ponto há uma tentativa de análise crítica do discurso dos

governantes, implícito na implantação de tais políticas públicas, analisando também seus pontos positivos.

Entendendo que não há como tratar de Gestão Democrática sem pormenorizar o fundamento essencial para sua efetivação - a autonomia - fez-se necessário e urgente, no decorrer do texto, realizar uma análise dos seus prós e contras bem como de seu caráter contraditório, em busca de uma proposta para superar seus entraves, rumo a sua efetivação dentro da educação.

A partir da discussão de seu fundamento essencial, julgou-se oportuno comentar o amparo legal do princípio da Gestão Democrática, além da proposição de um modelo para sua efetivação bem como o comentário de alguns dos inúmeros fatores que limitam sua legitimidade dentro do espaço escolar. Então, a partir dessa discussão houve uma proposição de alternativas que visaram superar tais limitações.

O próximo texto trabalhou com informações a respeito do tema central deste trabalho, o Conselho Escolar, através da análise da participação – conceito base da Gestão Democrática. Neste ponto há uma retomada do modelo defendido por este trabalho, denunciando a realidade de muitas escolas. Por fim, menciona a forma ideal de participação da comunidade escolar como um todo.

Finalmente, o último texto elege o Conselho Escolar como principal meio para efetivação do processo democrático dentro da escola. Comenta fatos vivenciados dentro do espaço escolar, os quais demonstram uma pseudo-participação da comunidade como um todo. Posteriormente, são mencionadas algumas atitudes da equipe pedagógica e diretiva que certamente promoverão o fim dessa triste realidade vivenciada por nossas escolas.

Considerou-se relevante dissecar as experiências vivenciadas no espaço pedagógico através dos relatos das atividades desenvolvidas na prática: observações, conversas informais, aplicação de questionários, dinâmicas. Após o levantamento de dados senti a necessidade de promover reflexões, discussões e palestras com os membros da comunidade escolar a fim de esclarecer conceitos e enfatizar a participação efetiva.

Após o relato do trabalho de campo, priorizou-se uma análise crítica baseada no referencial teórico em contraste com a realidade deparada na escola.

O fecho da pesquisa retoma aspectos gerais abordados na fundamentação teórica e na prática vivenciada, aliadas as concepções

desenvolvidas durante a construção deste trabalho, propondo alternativas possíveis (porém não únicas) para a superação das limitações apontadas.

Por ser um tema tão abrangente e essencial dentro do espaço escolar - uma vez que as políticas públicas tomam este rumo - faz-se necessário que as idéias sejam ampliadas a partir da prática vivenciada. É indispensável ainda que o trabalho iniciado junto à comunidade escolar seja melhor explorado não somente pela equipe diretiva, mas pela comunidade acadêmica a fim de explicitar a importância do trabalho coletivo e participação de todos os segmentos dentro da escola para alcançar a qualidade tão almejada por todos.

CAPÍTULO I

ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

1.1 O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

O Ensino Fundamental é uma etapa de ensino que compõe a Educação Básica juntamente com a Educação Infantil e o Ensino Médio. Na Constituição Federal de 1988, o artigo 208, inciso I menciona o Ensino Fundamental como obrigatório e gratuito, colocando a educação como dever do Estado e da família (art. 205). Já na LDB¹ 9394/96, no artigo 2º o Ensino Fundamental é colocado inicialmente como responsabilidade da família. Percebemos que implícita à simples troca de posições encontram-se resquícios de uma política neoliberal configurada pela desresponsabilização do Estado.

O nível em questão é constituído curricularmente de uma base nacional comum, presente em todos os sistemas estaduais e municipais, e de uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais, de acordo com o local onde se encontra inserida.

É importante lembrar que para que qualquer escola possa funcionar ela necessita estar em conformidade com o Sistema de Ensino do qual faz parte, conforme o artigo 17 e 18 da LDB 9394/96. Assim, no caso do Paraná, as escolas estaduais de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e o Ensino Médio compõe o Sistema Estadual de Ensino. Já as escolas municipais, que atendem 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e Educação Infantil podem compor Sistemas Municipais de Ensino, caso haja lei municipal própria. Caso contrário, as redes municipais são subordinadas aos sistemas estaduais, juntando-se ao Estado em um Sistema Único. Entretanto, os mesmos têm autonomia para elaborar suas próprias políticas e formas de atuação referente à educação.

Para atestar tal conformidade, segundo o artigo 7º, inciso II, as escolas deverão possuir uma autorização de funcionamento, a qual será emitida após a avaliação das condições do prédio; análise da Proposta Pedagógica; da averiguação do número de alunos por turma, avaliação dos títulos do corpo

1

docente; regularidade na composição de Conselhos Escolares e APMF dentre outros aspectos que devem atestar a qualidade do ensino ofertado.

O Sistema de Ensino, através do órgão oficial instituído por ele, além de conceder autorização de funcionamento deverá supervisionar as instituições a ele subordinadas. Em cumprimento a este dispositivo, a SEED amparada pelo artigo 10, inciso IV solicita a renovação dessa autorização de funcionamento a cada dois anos.

Segundo o artigo 32, o Ensino Fundamental deverá ter duração mínima de oito anos, com carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar. Como a lei prevê duração mínima, as escolas que assim desejarem poderão ampliar horas ou dias.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 10.172 de 9 de Janeiro de 2001 - o qual estipula metas para os próximos dez anos – prioriza objetivamente o Ensino Fundamental e almeja aumentar da sua duração para 9 anos além de aumentar a carga horária para 7 horas por dia, dentre outras metas. O fato é que tais metas dependem exclusivamente da elevação do investimento do PIB em educação. A versão original estipulava gastos públicos com educação de 7% do PIB, para toda a educação. Porém, por conta de várias divergências o texto foi vetado e nenhum valor foi fixado, comprometendo a realização do plano. Segundo PINTO, a resolução de tal situação cabe à consciência e boa vontade dos novos governantes e principalmente à sociedade civil, no sentido de cobrar dos governantes a realização das metas.

Com a criação do FUNDEF ², o que se pode notar é que houve uma “corrida” em busca de alunos para o Ensino Fundamental. Não que isso seja algo negativo, aliás, é muito positivo que o governo busque alunos, isso é excelente para a educação, entretanto, foi uma busca desenfreada e sem planejamento.

Segundo o quadro *Alunos Matriculados no Ensino Fundamental* ³, em 2002 havia 1.693.577 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Já o Censo Escolar de 2003 aponta 1.700.177 alunos matriculados neste nível. É uma grande – e crescente – demanda, principalmente quando se pensa na qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

²

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

³ Anexo G – Alunos Matriculados no Ensino Fundamental, por série (p. 78)

Muitas vezes a qualidade fica comprometida, pois não há um bom planejamento da oferta - tanto no âmbito dos recursos físicos e didáticos quanto humanos - que consiga absorver essa demanda. Esse fato se confirma por alguns exemplos observados no cotidiano: as salas de aula de algumas escolas durante o dia atendem alunos de 1ª a 4ª série, à tarde alunos de 5ª a 8ª, e à noite é utilizada pelo aluno de Ensino Médio; a super lotação das salas de aula (mais 40 alunos por turma); a falta de professores ao início de cada ano (o caso das escolas estaduais é o mais comum) ou despreparo dos mesmos.

Segundo dados do INEP⁴, 1653 professores da rede estadual (no ensino de 5ª a 8ª série) não possuem formação superior, sendo que destes, 253 ainda não concluíram sequer o Ensino Médio. Já nas séries iniciais do Ensino Fundamental⁵ - no estado do Paraná - são 520 professores que possuem somente o Ensino Fundamental, sendo que destes 91 nem chegaram a concluí-lo. A respeito disso, Lúcia Bruno nos diz que:

“Nestas questões, aliás, o Brasil não faz mais do que seguir as recomendações do Banco Mundial, que propõe que os investimentos em educação privilegiem sobretudo os meios físicos e os equipamentos em detrimento do professor. A justificativa é que investir em Recursos Humanos, no caso, professores da rede pública em termos de capacitação, condições de trabalho, proporcionaria uma valorização social destes profissionais do setor público, tornando-os muito reivindicativos, o que certamente, segundo o Banco, desencadearia novo processo inflacionário. (OLIVEIRA, 1996: p. 42)

A reportagem “Aumenta a escolaridade, mas não o conhecimento dos brasileiros”⁶ nos mostra que isso se deve ao fato das políticas educacionais terem sido pensadas na lógica econômica, e como bem menciona o artigo tais políticas “focaram a inclusão [de maior quantidade de alunos] no sistema de ensino” sem levar em conta a qualidade e condições para o aumento de matrículas. Tal realidade se explicita na descentralização financeira do ensino, que promoveu a desresponsabilização da União – a qual se caracteriza quase que exclusivamente por distribuir as verbas, fiscalizar e avaliar os sistemas – e a “autonomia” das escolas – as quais tornaram-se únicas responsáveis por seus

4

Anexo H– Tabela Número de Funções Docentes no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série (p. 79)

⁵ Anexo I – Tabela Número de Funções Docentes no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série (P. 80)

⁶ Anexo C (p. 74)

méritos ou fracassos. A respeito da origem da descentralização financeira e os novos papéis do estado, Lúcia Bruno nos conta que:

“Diante da complexibilidade crescente do funcionamento dos sistemas educacionais, em razão da diversidade de situações com que se defrontam e das diferenciações quanto aos perfis sociais de alunos e profissionais, a estrutura burocrática e altamente centralizada torna-se inoperante. Faz-se necessária a descentralização administrativa, inclusive dos recursos financeiros, o que confere maior autonomia às unidades escolares(...) Ao mesmo tempo, é necessária uma participação maior dos sujeitos envolvidos no processo educacional no interior da escola na exata medida em que suas responsabilidades aumentam com a descentralização operacional. O controle exercido pela organização focal (MEC, Secretarias, etc) passa a realizar-se basicamente através da distribuição de recursos, da definição e dos meios de acompanhamento e avaliação dos resultados (...)” (OLIVEIRA: 1996, p. 40)

E as conseqüências de tais políticas? Segundo a mesma reportagem citada, no Brasil, quase 60% das crianças saem da 4ª série analfabetas (total ou funcional). No Paraná, considerado um dos “melhores” índices, a porcentagem é de 52%⁷.

Nos questionamos qual relação existe entre essa realidade, a progressão continuada e um dos objetivos e metas do Ensino Fundamental ⁸: *“Regularizar o fluxo escolar reduzindo em 50%, em cinco anos, as taxas de repetência e evasão, por meio de programas de aceleração da aprendizagem e de recuperação paralela ao longo do curso, garantindo a efetiva aprendizagem”*. Percebemos que a meta do PNE implicitamente demonstra que há um privilegiamento da promoção em detrimento a *“efetivação da aprendizagem”*.

Nos questionamos então que tipo de qualidade o ensino público está oferecendo? Em que lógica o governo baseia-se para implementar suas políticas educacionais? Ainda segundo o artigo de Lúcia Bruno:

“Pelo que nos mostram todas as evidências (...) até o momento, o que está sendo pensado e implementado na rede pública são adequações às tendências gerais do capitalismo contemporâneo, com especial ênfase na reorganização das funções administrativas e de gestão da escola(...) Trata-se de garantir o que nas empresas denomina-se qualidade total. Entretanto esta qualidade refere-se primordialmente à qualidade do processo, não do produto(...). Qualidade do processo produtivo diz respeito à redução de desperdícios, de tempo de trabalho, de custos, de força de trabalho. Em termos do processo de trabalho dos educadores, trata-se de eliminar o que nas empresas qualifica-se como refugo e retrabalho.(...) Neste caso, o

7

Dados do SAEB de 2001, que incluiu escolas públicas e privadas. Vale salientar que “especialistas destacam que a situação é mais crítica nas instituições municipais e estaduais”.

8

Meta 3 do Plano Nacional de Educação.

refugo é o aluno que abandona a escola (investimento perdido) e o retrabalho é o repetente.” (OLIVEIRA:1996, p. 41)

Vejamos a seguir, um gráfico correspondente a taxa de evasão e repetência no Paraná, com dados de 2001 ⁹:



Gráfico 1 – Fonte: INEP 2001

Diante desses dados, lançamos alguns questionamentos para reflexão:

- Será que há uma relação desses dados com a realidade – vivenciada pelas escolas – do controle da repetência, advindo do equívoco na interpretação do conceito progressão continuada?
- Até que ponto as políticas educacionais vigentes – nacionais e/ou internacionais – influenciam no cotidiano escolar e na qualidade do ensino público?
- Quais seriam as alternativas de superação do triste retrato da educação nacional?

9

Anexos:

J - Alunos Aprovados no Ensino Fundamental, por Série (p. 81)

K - Alunos Reprovados no Ensino Fundamental, por Série (p. 82)

L - Alunos Afastados por abandono no Ensino Fundamental, por Série (p. 83)

- Em que medidas as políticas de financiamento, gestão e planejamento educacional têm contribuído para a democratização e acesso ao Ensino Fundamental?

No decorrer deste trabalho discutiremos essas e outras questões referentes ao Ensino Fundamental no Brasil, com ênfase no estado do Paraná.

1.2 FINANCIAMENTO E PLANEJAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

No âmbito do financiamento podemos afirmar que por ser obrigatório o Ensino Fundamental é privilegiado em relação aos demais níveis de ensino. Vale lembrar que tais privilégios estão, por muitas vezes, vinculados às exigências do Banco Mundial e do BIRD (deste desde a década de 70) e, por conseguinte trazem consigo suas políticas.

O próprio Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, o qual estabelece metas para os próximos dez anos, foi fruto destas exigências estabelecidas na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março de 1990, além das determinações da Constituição Federal. Tal plano foi considerado ambicioso na época, como podemos perceber na reportagem *No Papel* (ANEXO A, p. 70). Como a reportagem comenta, o plano estabelece metas necessárias, porém não especifica como serão financiadas, apesar de contraditoriamente considerar os percentuais vinculados a MDE¹⁰ como “*ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais*”.

Mais especificamente no âmbito legal, a política atual de financiamento é baseada no Artigo 212 da Constituição Federal de 1988, que estabelece 25 % como percentual mínimo para estados e municípios aplicarem em MDE. Os recursos que compõem essa porcentagem destinada à educação advém dos impostos. Porém, tais recursos só podem ser gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Outra fonte de recursos, exclusiva ao Ensino Fundamental, vem do Salário Educação, recolhido das empresas desde 1964. Ele equivale a 2,5% do total da folha de pagamento da mesma. Destes 1/3 a União passa para o FNDE ¹¹

¹⁰

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

¹¹

e 2/3 ficam com o estado, o qual repassa 50% para os municípios. O FNDE administra e mantém os seguintes programas: Dinheiro Direto na Escola, Programa Nacional do Livro Didático, dentre outros.

É importante definir o que a legislação considera como manutenção e desenvolvimento do ensino. Segundo o artigo 70 da LDB 9394/96, o MDE se constitui: remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação das instalações e equipamentos necessários ao ensino; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento do ensino; concessão de bolsas de estudos para alunos de escola públicas e privadas; aquisição de material didático e manutenção de programas de transporte escolar. Já o artigo 71, elenca as despesas que não se enquadram na MDE, dentre outras destacamos: assistência social (programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica ou psicológica) e obras de infra-estrutura.

Em 1996, a Emenda Constitucional 14/1996 cria o FUNDEF, o qual secundarizou o papel da União frente ao Ensino Fundamental, uma vez que em tal emenda ficou estabelecido que a União aplicaria 30% - daqueles 25% obrigatórios da MDE - exclusivamente no Ensino Fundamental -, enquanto os estados e municípios aplicariam 60%.

Diante de tal fato, podemos afirmar que o FUNDEF não é uma entidade, mas sim um mecanismo financeiro de natureza contábil. É apenas um “novo modo” de distribuir os recursos - que já existiam antes de sua criação - entre estados e municípios. Quando foi criado, o FUNDEF visava o alcance de três objetivos no sistema educacional: redução das desigualdades de oferta deste nível nacionalmente, elevação da qualidade e estruturação de um sistema descentralizado.

Mas quais são as fontes de arrecadação? Os 60% de recursos que compõem o FUNDEF advém dos impostos: ICMS, Lei Kandir e FPE, FPM e IPI exportação. Segundo a Lei 9394/96, os recursos do FUNDEF podem ser gastos nas seguintes porcentagens: 60% com pagamento dos professores e 40% com outras despesas do Ensino Fundamental. Vale lembrar que por ser uma subvinculação dos impostos, o FUNDEF tem por objetivo distribuir recursos conforme a quantidade de alunos, ou seja, quanto mais alunos uma cidade tiver, mais dinheiro receberá, mesmo que esta tenha arrecado menos impostos.

Assim, para instrumentalizar essa distribuição do dinheiro do FUNDEF, na maioria dos estados houve a municipalização do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). Anteriormente, os municípios eram responsáveis quase que exclusivamente pela Educação Infantil. Já no estado do Paraná a municipalização havia sido realizada em momento anterior ao FUNDEF.

A municipalização, portanto, é fruto do processo de descentralização fiscal. Ou seja, o dinheiro que antes era centralizado pela União, passou a ser administrado pelos municípios e estados - estes responsáveis agora pelo Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série.

Mais tarde, a descentralização atingiu também as escolas, sob o rótulo da autonomia. Neste ponto, implicitamente se confirma a ideologia neoliberal, pois agindo assim o estado transfere suas responsabilidades à escola. Se algo não der certo a culpa não é do governo, mas da escola que não soube administrar os recursos. Como consequência disso podemos apontar a corrida desenfreada dos municípios para aumentar o número de matrículas sem haver um planejamento, somente baseando-se no recebimento do dinheiro “fácil”.

A partir de tal contexto legislativo, podemos analisar a realidade da escola pública, mais especificamente do Ensino Fundamental. No tocante ao FUNDEF, um fato positivo é a participação da comunidade e dos professores na decisão da aplicação do dinheiro, efetuada através dos Conselhos de Escola e Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACCS). Não podemos negar que apesar deste ponto positivo, há problemas. Ao lermos a reportagem da Revista Nova Escola, *De olho nas contas do FUNDEF*¹² - tanto por conta da linguagem com a qual a jornalista dirige-se ao tratar do assunto quanto por nossa prática - podemos perceber que a sociedade civil e muitos professores desconhecem seu papel de fiscalizadores do destino dos recursos e, no caso específico da reportagem, do FUNDEF. É certo que este não é o único problema. Além disso, muitas Prefeituras negam o acesso às contas, mas acreditamos que tal fato deve-se diretamente à falta de informação e conseqüente cobrança por parte daqueles que deveriam ser os maiores interessados: a comunidade e os professores.

Assim podemos constatar que um grave problema causado por tal privilegiamento do Ensino Fundamental pelo FUNDEF, seria o de que pelo fato da

¹²

Educação Infantil, do Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos, não estarem no campo de prioridade do financiamento, acabaram sendo deixados de lado. Outro grave problema seria o futuro das prefeituras que aderiram a descentralização desenfreada e sem planejamento, pois o FUNDEF extingue em 2006. O governo atual estuda a possibilidade de transformá-lo em FUNDEB, o qual contemplaria os níveis básicos de ensino.

A respeito de tal problema do privilegiamento do Ensino Fundamental no FUNDEF, e a conseqüente a exclusão do Ensino Médio, da Educação Infantil, e da Educação de Jovens e Adultos, percebemos o mesmo vai além da exclusão. E não apenas a criação do FUNDEB resolveria o problema. Nos questionamos: será que mesmo que toda a Educação Básica seja contemplada pelo sistema de financiamento, os recursos seriam os mesmos?

Acreditamos que seria apenas dividir a “pizza” em mais pedaços, sem aumentar o tamanho. Os recursos continuariam a ser recolhidos das mesmas fontes e dos mesmos impostos, na mesma proporção. Faz-se necessário, portanto uma discussão em torno desse tema e através de reflexões, buscar maneiras de sanar tais questões.

Voltemos agora, nossa visão para o interior da escola. Com relação aos mecanismos de financiamento externo (BIRD) acreditamos que há uma mistura perigosa entre as “exigências” e a super lotação das salas de aula. Nos referimos a questão da progressão continuada. Como já mencionamos que os alunos estão chegando a 5ª série, com muitos déficits nas questões mais primordiais da educação, como é o caso da alfabetização. Seria muita pretensão afirmar que todo os problemas relacionados a esses déficits sejam de exclusiva culpa do Banco Mundial - e suas exigências de quantidade de ensino e a super lotação das salas - ou somente das políticas de financiamento vigentes em nosso país. Não pretendo isso. Mas o que posso afirmar é que tais fatores contribuem para tal retrato da educação brasileira.

Diante de tal realidade, cabe a mim salientar que apesar do privilegiamento do Ensino Fundamental, o dinheiro que chega a escola não é suficiente para suprir suas necessidades. Nesse caso ocorre o que nos mostra a reportagem, *Escolas buscando outras fontes de renda e perdendo seu caráter social*¹³, e acaba por se tornar um mecanismo capitalista com objetivo no lucro,

¹³

perdendo sua função social e seu objetivo maior que é auxiliar os educandos na construção de seu conhecimento e caráter cidadão capaz de refletir sua realidade e de transformá-la. Com as dificuldades em manter a instituição financeiramente, o diretor acaba por assumir o papel de administrador de finanças sempre em busca de mais verbas e acaba esquecendo sua função maior como educador comprometido com os objetivos traçados.

Tanto nas parcerias das escolas com empresas, quanto na campanha publicitária do “Dia Nacional da Família na Escola” - que vemos anualmente nos meios de comunicação - podemos perceber claramente um certo apelo governamental à privatização da escola e à “participação” das famílias na mesma, estando implícito o discurso neoliberal (também implícito na LDB, no caso da anterioridade das famílias na responsabilidade da oferta da educação). Discurso onde o governo transfere parte da sua responsabilidade (adequação do quadro de funcionários, reparos do prédio...) exclusivamente à escola, a qual recorre a patrocínios e às famílias dos alunos.

É óbvio que a participação dos pais na escola e na vida escolar dos filhos é essencial, mas é preciso que essa participação não se limite a atuação nas APMF's – que estão se tornando verdadeiras micro empresas. Deve-se estimular uma postura de cobrança por parte dos pais, no sentido de exigir dos governantes que façam sua parte. Percebe-se que o real propósito do Dia Nacional da Família na Escola e da adoção de medidas que visam a privatização da escola é de auxiliar ainda mais no alcance governamental da plenitude do estado mínimo.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, por meio do texto *PNE - Proposta da Sociedade Brasileira*, propôs algumas soluções para esta problemática do financiamento insuficiente. Ele destaca como um dos caminhos, o aumento gradativo da participação do PIB, que hoje gira em torno de 3,5%, para 10%, em dez anos. A garantia de fiscalização também é apontada como fator fundamental para que uma nova maneira de financiamento educacional seja implantado.

Já o ex-ministro da Educação Cristovam Buarque, pretendia compor com estados e municípios um sistema de educação integrada¹⁴. Segundo a reportagem “Ministro defende Educação Integrada”, tal atitude visava articular políticas federais, estaduais e municipais, pois segundo o ministro, o sistema foi “radicalmente descentralizado”.

¹⁴

Assim como o ex-ministro, creio que nenhuma proposta isolada, por si só, resolveria o problema da educação no Brasil, e mais especificamente no nosso estado. É preciso que haja um engajamento de todos os envolvidos. Da comunidade escolar a fim de propor soluções para sua realidade e cobrar dos governantes as mudanças necessárias. Deve haver um engajamento por parte dos governantes das esferas municipais, estaduais e federais a fim de enfrentar os problemas existentes não somente no Ensino Fundamental, mas da educação como um todo.

CAPÍTULO II

GESTÃO ESCOLAR

2.1 GESTÃO AUTORITÁRIA E A CENTRALIZAÇÃO

“Tivemos ao longo da história, uma tradição de gestão de cunho fortemente centralizador. Trata-se de uma herança que se instala desde os primórdios da colônia, passando pelo Império, até as diferentes formas de organização da república. A centralização está tão entranhada na base da organização do sistema educacional brasileiro, quanto no interior da própria escola. Sua expressão se dá sob diferentes matizes – desde as formas autoritárias de convivência à mecanismos rígidos de controle burocrático dos tempos de trabalho e organização das relações de ensino- aprendizagem. Assim numa cadeia interminável de relações de controle, a centralização marca as relações entre órgãos de administração do sistema nas diferentes esferas do poder público (união, estados e municípios), assim como aquelas entre estes e as escolas.” (VIEIRA: 2001, p 142)

A gestão autoritária configurou-se como modelo a ser seguido pelas escolas por muitos anos. Caracterizada pela centralização do poder nas diferentes instâncias – indiretamente através das secretarias de educação e do governo municipal, estadual ou federal e diretamente na escola através dos diretores – as decisões partiam de forma vertical. Ou seja, como o sistema era hierarquizado, piramidal, uma pequena minoria decidia as ações e cabia a grande maioria apenas obedecer e acatar as decisões.

Tal modelo, evidentemente, tinha como características principais o autoritarismo e a exclusão. A fim de superar tais amarras, segundo OLIVEIRA o movimento social iniciou a luta pela universalização do ensino, o que desembocou na defesa da gestão da educação democrática na escola pública.

“Na mesma esteira, o movimento social, por considerar a o caráter excludente da escola resultante da freqüente repetência, a expressão do autoritarismo da estrutura escolar, passou a reivindicar maior democracia na gestão da educação.

A luta pela democratização da educação básica, então, assume o aspecto de ampla defesa do direito à escolarização para todos, à universalização o ensino e à defesa de maior participação da comunidade da gestão da escola.” (OLIVEIRA: 2001, p.101)

A partir de tais lutas começou o nascimento da necessidade de uma descentralização do poder.

2.2 DESCENTRALIZAÇÃO: O INÍCIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

“Consideradas, todavia, as dimensões continentais de nosso país, o modelo centralista encontrou suas brechas. A despeito de diretrizes gerais e estruturas rígidas e da montagem de um aparato legal e burocrático para fazer face a tais necessidades, na prática, formas de descentralização foram se impondo. Estados e municípios exerceram significativos graus de liberdade, ao assumir suas funções de coordenação do sistema escolar, nas suas diferentes esferas de abrangência.” (VIEIRA: 2000, p 142)

A partir da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), onde os países mais populosos reuniram-se a fim de buscar soluções para a democratização do Ensino Fundamental, foram estabelecidos como objetivos, dentre outros, a busca da qualidade e a descentralização do ensino.

A busca da qualidade, a nível macro, seria alcançada através da aplicação de mecanismos de controle – avaliação institucional e de cursos – e com o auxílio de políticas inclusivas, como os programas de cotas às minorias e programas do tipo Bolsa Escola. Dessa forma, podemos dizer que o Estado ficaria com a tarefa de fiscalizar os resultados. Como exemplo desse fato, podemos citar que :

“De um lado são feitas transferências financeiras diretamente a municípios (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF) e escolas (Programa “Dinheiro Direto na Escola”). Não por coincidência, a escola passa a ser denominada de “Unidade Executora”.

De outro, está o controle dos resultados de ensino-aprendizagem, através da montagem de um complexo e meticuloso sistema de avaliação, afeto a todos os níveis de educação – desde a escola fundamental e média (SAEB e o ENEM), ao ensino superior (Exame Nacional de Cursos –PROVÃO).” (VIEIRA:2000, p.143)

Para tanto, o objetivo de descentralizar o ensino viria a calhar com tal papel do Estado, uma vez que a responsabilidade da execução da tarefa educativa seria transferida aos poderes locais. Um dos exemplos da efetivação desta política é a municipalização do ensino de 1ª a 4ª série (explicitada no texto *Financiamento e Planejamento do Ensino Fundamental*, p. 19) . Como foi mencionado, o Estado também tem o papel distribuidor dos recursos financeiros, e a escola passa ser o executor. Porém, esse não é o único modo de efetivação da descentralização ela também ocorre dentro da escola e não serve apenas ao “deus” capital.

**“A descentralização do poder se dá na medida em que se possibilita cada vez mais aos destinatários do serviço público sua participação efetiva, por si ou por seus representantes nas tomadas de decisão.”
(PARO:2003, p 84)**

De certa forma, a descentralização do ensino objetiva uma elevação da qualidade do mesmo, uma vez que a coordenação fica mais próxima de sua clientela e tal necessidade legalmente – e naturalmente – foi sendo estabelecida. Com a descentralização do poder dentro da escola, os membros da comunidade escolar participam nas decisões da escola. Assim, a possibilidade de uma gestão democrática se efetiva como uma das formas de se alcançar a qualidade de ensino almejada e estabelecida pela Conferência Mundial de Educação para Todos, uma vez que esta, juntamente com a autonomia constitui-se em uma de seus caminhos mais curtos.

Tendo como base o parágrafo acima, se visualizarmos a descentralização pela ótica progressista, podemos afirmar que esta contribuiu enormemente com a construção da gestão democrática, a qual busca uma maior participação da comunidade na escola. Por outro lado, se visualizarmos a descentralização através da ótica neoliberal, levando em consideração o papel “distribuidor” e “fiscalizador” do Estado, veremos que a autonomia possui caráter contraditório.

2.3 AUTONOMIA E SUA CONTRADIÇÃO: É POSSÍVEL SUPERAR?

“As políticas mais recentes têm atribuído maior ênfase ao planejamento descentralizado e aos processos de avaliação, como critérios de financiamento e custeio. Na educação básica tal tendência apresenta-se predominantemente a partir das reformas educacionais dos anos 90, que elegem a escola como núcleo da gestão. Também nesse caso, as reivindicações por maior autonomia para a escola têm sido respondidas pelo estado com a possibilidade da descentralização administrativa e financeira. A autonomia pedagógica, compreendida como a liberdade de cada escola construir o seu projeto pedagógico, tem caráter limitado já que em muitos casos, tais projetos são elaborados de acordo com critérios de produtividade definidos previamente pelos órgãos centrais e garantidos pelos processos de avaliação.” (OLIVEIRA:2000, p.104)

Como pudemos perceber pelos relatos de Oliveira e na prática com as APMFs, a autonomia das escolas resume-se ao âmbito financeiro e administrativo. O dinheiro é destinado diretamente à escola, que o gasta seguindo a “cartilha” da Secretaria da Educação, a qual estipula prazos para que o dinheiro

seja gasto. Quaisquer outras despesas devem sair do “bolso” da escola, que para suprir suas necessidades promove bingos e festas, evidenciando o caráter neoliberal e minimalista do Estado.

Já no âmbito pedagógico a autonomia decretada muitas vezes não é efetivada. Uma vez subordinados às Secretarias Estaduais ou Municipais, as escolas devem seguir as determinações destes órgãos, não podendo fugir de um modelo pré-estabelecido para a formulação do seu Projeto Político Pedagógico.

É evidente que não podemos ser extremistas quanto a esse assunto. A escola ganhou muito com o princípio da autonomia. Porém é preciso que a comunidade escolar como um todo conheça o caminho que está trilhando, ou seja, conheça o caráter contraditório da autonomia, e opte por uma participação progressista, negando o caráter neoliberal implícito nas decisões do Estado. Somente assim conseguirá lutar e conquistar a verdadeira e necessária autonomia, não a decretada pelas leis e pelo Estado, mas a construída pelo povo.

2.4 MAS AFINAL, O QUE É GESTÃO DEMOCRÁTICA?

O princípio da gestão democrática – o qual engloba o acesso às informações e a participação da comunidade escolar na administração da escola – é uma conquista popular amparada (e exigida) por duas leis.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 206, inciso VI está presente a garantia da “gestão democrática do ensino público”. E na LDB 9394/96 é mencionada no art. 3º, inciso VIII, onde é estabelecida a organização da gestão democrática “*na forma desta Lei da legislação dos sistemas de ensino*”.

Já no PNE¹⁵, a “*participação da comunidade escolar na gestão das escolas através da instituição de conselhos escolares ou órgão equivalentes*”¹⁶ aparece como meta a ser cumprida nos dois primeiros anos de vigência do plano.

Mas afinal, em que consiste a Gestão Democrática? Ela se configura em identificar problemas e tomar decisões de forma coletiva, ou seja, todos os personagens que atuam no universo escolar – professores, funcionários, pais e alunos – tem “voz e vez”.

¹⁵

Plano Nacional de Educação

¹⁶ Meta 9 do Plano Nacional de Educação

Para tanto, é necessário que a escola pautar sua gestão em quatro pilares:

1) Organizações Setoriais

Cada segmento da escola – pais, alunos, professores e funcionários – possuem necessidades diferentes. Assim, tais personagens organizam-se em torno de suas necessidades. Alguns exemplos: Grêmios Estudantis, Associação de Pais Mestres e Funcionários, Associação de Funcionários, Conselho de Classe, etc. O papel de tais organizações setoriais é o de discutir os problemas com seus pares e através de seu representante comunicar suas decisões ao Conselho Escolar.

2) Eleições de diretores

No estado do Paraná é obrigatória, normatizada pela Lei 665/2003, aprovada em novembro, pouco antes da eleição de diretores ocorrida no dia 28 do mesmo mês. Há pouco tempo atrás, os diretores eram indicados pela Secretaria de Educação. Atualmente a comunidade escolar usufrui o direito de escolher o seu intermediador com o governo. Constitui-se, portanto um elemento indispensável para a Gestão Democrática.

3) Assembléia da Comunidade Escolar

É efetuada uma vez ao ano. Todos são convidados a discutir os problemas, objetivos e soluções possíveis, itens que irão compor o Plano de Ação da escola. Outra atividade da assembléia é a escolha dos representantes dos diversos segmentos que compõem a escola – professores, funcionários, pais e alunos – a fim de comporem o Conselho Escolar.

4) Conselho Escolar

O artigo 14, inciso II da LDB 9394/96 garante a “participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes”. Já no âmbito estadual é organizado pela Resolução 20/91 do Conselho Estadual de Educação. Constitui-se, portanto, uma organização obrigatória. É composto por cerca de trinta pessoas (no mínimo dez), sendo que destes 50% são pais e alunos e 50% são professores e funcionários.

O Conselho é responsável pela elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e pela tomada de decisões, pois possui caráter deliberativo. Suas reuniões devem ser mensais e seu papel é de elaborar, normatizar, aconselhar e fiscalizar as ações da escola nos âmbitos pedagógico,

administrativo e financeiro. Em resumo, todos decidem – após discussão com seu segmento – qual política de ação a escola adota para cada um desses elementos.

2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ - LIMITAÇÕES E ALTERNATIVAS DE SUPERAÇÃO

Um fator limitante a efetivação democrática refere-se à eleição de diretores. A legislação estadual que a regulamenta nada menciona a respeito da reeleição, favorecendo gestões viciadas, no tocante às relações que ocorrem no espaço escolar, o que dificulta renovações e a aplicação de novas idéias. Acreditamos que sem o estímulo e a abertura da direção, as organizações setoriais não se mobilizam e não discutem problemas e soluções, fechando-se em si mesmas.

Outro entrave à gestão democrática até o ano anterior estava mais especificamente no segmento dos professores, que por conta da falta de um plano de cargos, carreiras e salários eram obrigados a lecionar em vários estabelecimentos. Isso prejudicava tanto o psíquico e físico do professor, quanto a própria escola, pois o mesmo não tinha tempo, dentre outros fatores, de estabelecer vínculo com a escola. No âmbito estadual, o novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos foi aprovado recentemente, trazendo consigo grande expectativa neste e em outros campos. No tocante aos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, cabe ao poder público municipal elaborar seu Plano de Cargos e Carreiras e aos próprios professores fiscaliza-lo.

É evidente que existem outros problemas que limitam a efetivação da gestão democrática na escola. Para tanto, acreditamos que uma boa saída para a superação dessas limitações seria o estabelecimento de um planejamento participativo, o qual englobaria toda a comunidade escolar.

O processo que engloba decisão, elaboração, execução e avaliação – constituintes essenciais do planejamento participativo – possui caráter democrático e dialético. Democrático, porque considera os interesses da comunidade escolar no tocante a investigação e proposição de soluções para os problemas encontrados, compondo um planejamento global. E por fim dialético que, por não ser estático, e estar em constante evolução. Cada avaliação torna-se ponto de partida para um novo planejamento global, que por sua vez norteará o

planejamento dos professores. Cabe à comunidade escolar – alunos, pais, professores e funcionários - buscar soluções em conjunto a fim de superar as limitações encontradas.

CAPÍTULO III

CONSELHO ESCOLAR

3.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO ESCOLAR: DEFININDO A PARTICIPAÇÃO POPULAR

O modelo de Gestão Democrática defendido por este trabalho (o qual possui como pilares Assembléia da Comunidades Escolar, Organizações Setoriais, Eleição de Diretores e Conselho Escolar) apresentado no texto *Mas afinal, o que é Gestão Democrática* (p. 28), é chamado de democrático porque engloba a comunidade escolar e garante a participação efetiva de todos. Segundo um artigo de Carlos Jamil Cury:

“A participação (imediatamente incluída no princípio da gestão democrática) deve estar contida nos instrumentos mediadores da política nacional (aí compreendido também o CNE), da política estadual, municipal e no âmbito das unidades escolares. Nesse sentido, a participação como fonte da gestão será tanto direta como no caso das consultas, assembléias, encontros ou mesmo questionários, quanto mediada através de conselhos municipais, estaduais e o próprio Conselho Nacional”. (CURY: 1996, p.204-205)

Enfocando especificamente a participação direta, infelizmente a realidade da maioria das escolas públicas está distante de tal modelo de gestão. Cabe a nós ressaltar que alguns pontos este modelo – tais como a Assembléia da Comunidade Escolar e o Conselho Escolar – não são realidade nas escolas de Ensino Fundamental de nosso estado.

“Participar é dar parte e ter parte. O primeiro movimento visa informar, dar publicidade, e o segundo é estar presente, ser considerado um parceiro nas grandes definições de uma deliberação ou de um ordenamento” (CURY: 2000, p. 51)

Cabe aqui salientar que a participação não se configura como um modelo pronto a ser seguido. Ela é um processo de conquista, onde a direção da escola entra com o papel de abrir as portas da escola, informando e divulgando suas ações e idéias, bem como envolver a comunidade escolar como um todo. Quanto aos pais, professores, demais funcionários e alunos, nesse processo de participação fazem-se presentes não como meros fiscalizadores, mas como companheiros comprometidos na caminhada rumo a qualidade do nosso ensino, os quais têm o direito de contribuir também com suas idéias.

3.2 O CONSELHO ESCOLAR COMO EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Como pudemos perceber na prática, os Conselhos Escolares – uma conquista popular amparada por lei – geralmente existem apenas no papel, com o intuito de cumprir simplesmente uma exigência legal, não atuando nas decisões da escola. Os membros do mesmo são muitas vezes indicados pela direção e as reuniões são fechadas, tolhendo a participação da comunidade.

Notamos que na prática a organização mais expressiva na escola é a Associação de Pais e Mestres (APM), mais por conta do recebimento das verbas de que por outros aspectos. Talvez isso se deva ao fato da comunidade escolar como um todo não compreender o verdadeiro sentido da participação dos pais, como podemos perceber na reportagem da Gazeta do Povo “Pais pintam e conservam escolas, mas ainda não opinam na educação”¹⁷. Ela mostra que a participação dos mesmos se limita no auxílio à manutenção do prédio ou serviço voluntário. Este fato demonstra que as escolas públicas do estado estão deixando de lado – e conseqüentemente não ouvindo – suas opiniões, excluindo-os de um debate a respeito de aspectos essenciais na educação de seus filhos. Como bem menciona a matéria “*Ações desse tipo ajudam a manter a escola, mas estão bem longe do que se poderia chamar de democratização da gestão escolar*”, opinião que inclusive advém da SEED do Paraná.

Mas o que significa na prática o termo Gestão Democrática da educação?

“ Sendo a transmissão de conhecimentos um serviço público, o princípio associa este serviço à democracia. Isto quer dizer que aí está implicada uma noção de participação na *gestio rei publicae*. Lembrando-se que o termo gestão vem de *gestio*, que por sua vez vem de *gerere* (trazer em si, produzir) fica mais claro que a gestão não só é o ato de administrar um bem fora-de-si (alheio) mas é algo que se traz em si, porque nele está contido. E o conteúdo deste bem é a própria participação, sinal maior da democracia. Só que aqui é a gestão de um *serviço público*, o que (re)duplica o seu caráter público(re/pública).” (CURY: 1997, p.201)

Percebemos então que a gestão do bem público deve conter a participação popular, uma vez que o bem final é destinado ao próprio público. Para a Gestão ser efetivamente Democrática deve instrumentalizar a mobilização e a luta, alcançada obviamente através da participação dos representantes das organizações setoriais da escola nas reuniões do Conselho Escolar. Este

¹⁷

configura-se portanto como uma alternativa contra a já mencionada realidade da pseudo-participação, pois somente no coletivo é expressada a vontade da comunidade escolar, e não de uma única pessoa (diretor, por exemplo).

Assim, podemos dizer que o papel do diretor escolar – figura essencial do processo – é o de articulador das idéias que surgem do coletivo, os quais tem como principal função pensar os meios a partir dos fins. Ou seja, se a finalidade for à aprendizagem, é necessário que se pense nos meios que fazem com que esse objetivo seja efetivado. Em outras palavras definir as atitudes que auxiliem na ocorrência do fim almejado.

“ Faz parte da dialética de um conselho ser um corpo colegiado. Membros de igual dignidade, com responsabilidades comuns, devem fazer o esforço de, coletivamente (co) fazer uma leitura (legium) racional e dialógica dos problemas próprios daquela instituição social.” (CURY: 2000, p. 47)

Ao envolver e motivar a comunidade escolar, o diretor e sua equipe pedagógica estarão possibilitando o acesso da participação popular – a qual deve estar comprometida com uma educação mais justa e igualitária – e dessa forma, do coletivo para o coletivo, será mais fácil delinear os meios a fim de concretizar os objetivos propostos e buscar soluções para os eventuais problemas.

CAPÍTULO IV

MATERIAIS E MÉTODOS

A experiência prática é rica em conhecimentos tanto quanto os livros. Um não existe sem o outro. A tão necessária *práxis* explicitada por Paulo Freire tem seu lugar neste ponto da pesquisa.

A fim de aliar a teoria com a prática, neste tópico busquei explicitar os dados quantitativos e qualitativos obtidos nos, utilizando a coleta de dados, bem como as idéias apresentadas por cada segmento da comunidade escolar a fim de fazer um retrato do cotidiano da escola.

A seguir são apresentadas informações relevantes bem como os dados quantitativos obtidos através dos questionários respondidos por todos os segmentos da comunidade escolar.

4.1 METODOLOGIA

Inicialmente foram feitas observações no campo de estágio, na tentativa de identificar as relações entre: professor X aluno, funcionários X direção, alunos X direção, direção X pais. E a partir de tais relações, levantar idéias a respeito da participação do diferentes segmentos que compõe a escola. Posteriormente, foram analisadas a Proposta Pedagógica da Escola, o Estatuto e as Atas do Conselho Escolar .

Com base nas palavras de CURY :*“Participar é dar parte e ter parte”*, foram realizadas conversas informais com a diretora, equipe pedagógica, professores, funcionários, pais e alunos, além da distribuição de questionários para os membros da comunidade escolar a fim de visualizar mais a fundo a realidade escolar e de levantar idéias sobre a participação

A aplicação dos questionários com as professoras foi realizada após uma reunião pedagógica (os professores as levaram para casa). Na ocasião, foi explicitado ao grupo o objetivo do presente trabalho. Também foi trabalhado com as professoras e equipe diretiva-pedagógica, a importância do trabalho em grupo e da participação dos diferentes membros da comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem. Tais temas foram discutidos com a equipe após algumas dinâmicas:

a) Quebra-cabeças

As professoras foram divididas em três grupos. Cada grupo recebeu um quebra-cabeças com uma das peças pertencente ao quebra-cabeças de outro grupo.

O objetivo desta dinâmica era o de demonstrar a necessidade de se buscar auxílio em outros grupos, ou seja, contar com a ajuda dos diferentes segmentos que compõe a escola a fim de resolver um problema da criança, da escola, etc.

b) Bexigas coloridas

Cada grupo de professoras recebe uma cor de bexiga. Ao som de uma música, elas jogavam a bexiga para cima. Após algum tempo, foi solicitado para que os grupos fossem saindo, e os que ficavam deveriam cuidar das suas bexigas e também daquelas dos que saíram.

O objetivo dessa dinâmica foi o de ressaltar a importância de cada um dentro do espaço escolar, ressaltando que a falta de um sobrecarrega o outro. Além de chamar a atenção para a necessidade de colocar-se no lugar do outro e ajuda-lo.

c) Dramatização de situações que tratavam da participação

Os grupos foram chamados a escolher um número. Cada número correspondia a uma situação vivenciada com os pais dos alunos, a qual deveria ser dramatizada pelo grupo. As situações foram assim divididas:

- 1) Pais que querem participar de tudo.
- 2) Pais que nunca podem participar
- 3) Pais que dizem querer e poder participar de tudo, mas não participam de nada.

Após a dramatização, o grupo deveria sugerir encaminhamentos, para a superação das dificuldades ou para aproveitar a disponibilidade dos pais.

A avaliação final dos trabalhos, por parte dos docentes foi positiva. Através dos trabalhos, percebi o comprometimento das professoras para com a instituição e a busca de incentivar a participação de todos para o alcance da qualidade tão almejada.

Com o término da aplicação dos questionários, os dados dos mesmos foram analisados, apresentados e discutidos com a equipe pedagógica e direção, e na mesma ocasião realizamos o estudo e discussão do texto “Conselho de

Escola: construindo a democracia”¹⁸. Esta atividade proporcionou uma ampliação da concepção do Conselho Escolar, bem como da importante função que exerce dentro do espaço escolar.

Segundo a avaliação final da equipe, a discussão foi extremamente válida e proveitosa para a busca de alternativas contra as limitações apresentadas no Conselho em ação. Através da análise dos dados, confirmamos na prática as palavras de CURY com relação ao conceito de participação, principalmente quando menciona que dar parte é “*informar, dar publicidade*”, papel este da equipe diretiva da escola; e ser parte “*é estar presente, ser considerado um parceiro nas grandes definições de uma deliberação ou de um ordenamento*”, o qual refere-se à comunidade escolar como um todo.

Assim concluímos que havia uma grande necessidade da socialização das informações, bem como de uma intervenção pontual e sistemática no que concerne a explicitação da função e importância da participação dos segmentos da escola bem como da atuação efetiva do Conselho Escolar.

E a fim de atender tal necessidade levantada pela equipe diretiva, como fechamento das intervenções, realizei uma palestra que tratou dos Conselhos Escolares e da importância da participação da comunidade escolar nos processos decisórios da escola. A palestra baseou-se no mesmo referencial estudado pela equipe diretiva-pedagógica e na fundamentação teórica deste trabalho, conseguindo contemplar os objetivos almejados, atingindo professores, funcionários e pais. Porém, infelizmente contamos com a participação de uma pequena parcela dos pais convidados, evidenciando a necessidade de comprometimento desse segmento da comunidade escolar.

4.1 APRESENTAÇÃO DO CAMPO¹⁹

A Escola Municipal O Ateneu - Educação Infantil e Ensino Fundamental nasceu da municipalização do ensino ocorrida através da Resolução 3.304/91 de 27 de setembro de 1991 e desenvolve suas atividades no mesmo prédio do

¹⁸

UFPR, SISMMAC & SISMMAR. **Conselho de Escola: construindo a democracia**. Curitiba: UFPR, 2001

¹⁹ Os dados da Apresentação do Campo foram extraídos da Proposta Pedagógica da Escola

Colégio Estadual 1º Centenário - Ensino Fundamental e Médio onde, até a data da municipalização, o ensino de pré escolar à 4ª série era ministrado.

FACHADA DA ESCOLA



Figura 1 - Fonte: arquivo da escola.

Localiza-se no centro de Campo Largo, na Rua D. Pedro II, 2040. Mantida pela Prefeitura Municipal a escola é co-irmã do Colégio Estadual 1º Centenário. O terreno onde está localizado o prédio possui 2.158,00 m de área total. Este terreno, de forma triangular, em seu vértice ainda acomoda uma pequena cancha de areia que é utilizada pelos alunos da Educação Infantil e num dos lados deste, entre a rua e construção, cultivamos uma pequena horta. Na parte superior acomoda uma cancha coberta com o auxílio da APM das escolas.

O prédio com 777,20 m² de área construída, abriga 08 salas de aula, 02 salas de Classe Especial, 01 sala de Educação Infantil, 01 Biblioteca (adaptada para as duas escolas), 01 sala para Secretaria/Direção, 01 sala dos Professores/Orientação Educacional (adaptada para as duas escolas), 01 cozinha, 01 laboratório, 01 depósito para merenda, sanitários, almoxarifado e cancha esportiva. Todos os ambientes do prédio são utilizados em conjunto pelas escolas, que desde a municipalização, trabalham aliadas em prol do ensino campolarguense. Ambas tem buscado estabelecer juntamente suas metas, trabalhando de forma harmoniosa e cooperativa, sem distinção de dependência administrativa, em busca de avançar humana, física, administrativa e pedagogicamente.

A escola conta com 16 professoras, 5 funcionários administrativos e 3 funcionários de serviços gerais.

Quanto aos recursos físicos, a grande maioria dos equipamentos utilizados pela EMOA pertencem ao Colégio Estadual Primeiro Centenário, os quais os utilizam com perfeita harmonia e espírito de solidariedade. Com relação à utilização das novas tecnologias, a escola está ligada à Internet, com utilização apenas pela equipe diretiva.

A escola oferece os cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Especial (Classes Especiais e Salas de Recursos). Os alunos são atendidos nos turnos da manhã e da tarde, sendo que há uma turma de cada série em cada período, exceto a classe especial e sala de recursos. Há no total 367 alunos assim distribuídos:

Educação Infantil = 49 alunos

1ª série = 63 alunos

2ª série = 63 alunos

3ª série = 69 alunos

4ª série = 71 alunos

Classe Especial = 29 alunos

Sala de Recursos = 23 alunos

Sua clientela é formada por alunos do centro da cidade e dos bairros: Botiatuva, Aparecida, São Vicente, Partênopo, Santa Rosa, Santo André e outros bairros para os quais a localização da EMOA é de fácil acesso.

Em relação ao nível sócio - econômico, as famílias dos alunos, na grande maioria, possuem instrução fundamental, ou seja, 63% dos pais e 64% das mães têm o Ensino Fundamental incompleto; 9% dos pais e 10% das mães possuem o Ensino Fundamental completo ; 9% dos pais e 7% das mães possuem o Ensino Médio completo.

Quanto à renda familiar, 44% possui rendimentos de 01 a 03 salários, 20% de 04 a 05 salários e 16% possuem rendimentos acima de 05 salários. Do total, 20% não informaram ou não possuem renda. Das mães, 51% são donas de casa e as que trabalham fora exercem as seguintes profissões: doméstica, operária, balconista, professora, auxiliar de cozinha, costureira, cozinheira, babá, etc. Dos pais, 14% são pedreiros, 10% operários e o restante se divide entre outras profissões como: motorista, pintor, segurança, eletricista, encanador, garçom, agricultor, jardineiro, etc.

Quanto à formação religiosa, 80% dos alunos são católicos, 10% evangélicos, havendo ainda crentes, espíritas e outras religiões não informadas.

Em relação ao número de irmãos verificou-se que: 10% são filhos únicos, 33% possuem 01 irmão, 24% possuem 02 irmãos e 33% possuem mais de 03 irmãos.

- PRINCIPAIS INFORMAÇÕES OBTIDAS ATRAVÉS DA COLETA DE DADOS

Os dados abaixo foram obtidos num período de dois meses, os questionários foram aplicados em dias diferentes e na seguinte proporção: 10% dos pais(30 questionários), 10% dos alunos (30 questionários), 100% dos professores e funcionários da escola.

Para a aplicação dos questionários, foram encontradas algumas dificuldades, tais como a falta de interesse por parte de alguns pais e professoras que não se encontravam muito dispostos a responder as perguntas. Alguns questionários dos professores e funcionários não retornaram. Provavelmente por conta das questões possuírem um caráter intrinsecamente subjetivo, uma vez que as mesmas eram dissertativas. Já os questionários dos alunos, por conta dos mesmos terem levado-os para responder em casa, verificamos que alguns pais os responderam.

Felizmente a maioria mostrou-se interessada e colaborou com o trabalho, mencionando inclusive algumas sugestões e fazendo comentários reveladores da prática vigente.

A seguir serão apresentadas as principais informações referentes aos questionários para os pais (4.3.1), para os alunos (4.3.2), para os funcionários (4.3.3), professores (4.3.4) e equipe diretiva-pedagógica (4.3.5).

- Questionários para os Pais ²⁰

Com relação aos dados pessoais

- ❖ A idade dos pais entrevistados varia entre 22 e 53, sendo que 56% tem entre 30 e 40 anos.

²⁰

- ❖ 43% dos pais possuem apenas um filho, 53% tem dois e três filhos e 4% tem 4 filhos
- ❖ 76% dos pais trabalham, sendo que destes 56% trabalham somente meio período.
- ❖ As ocupações dos entrevistados se enquadram no setor de prestação de serviços e nas indústrias: artesanato, auxiliar de produção, pedreiro, servente, doméstica, vigilante, mecânico, auxiliar administrativo, laboratorista, gráfico, professora.
- ❖ Quanto ao nível de escolaridade, mais da metade possui Ensino Médio.

Com relação à comunicação com a escola

- ❖ 90% dos pais se comunicam com a escola através de bilhete ou telefonema ou costumam visitar a escola de seu filho.
- ❖ Os principais motivos são: acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem(26%), conversar sobre o comportamento da criança (16%) e sobre os eventuais problemas de saúde da criança (16%). Também foi citado a entrega de boletins(13%) além de dificuldades nas lições, comunicação de faltas e reuniões.

Com relação à efetivação da Gestão Democrática na escola

- ❖ 60% dizem que a Gestão Democrática acontece na escola dos seus filhos. Dos 30 entrevistados 6 não responderam e apenas 4 disseram que não.
- ❖ Quando questionados a respeito de alguns fatos que evidenciem a sua opinião, citaram reuniões para a tomada de decisões, reivindicação e atendimentos das solicitações, a informação através da agenda e telefone, a abertura que a direção e equipe pedagógica dão para os pais colocarem suas idéias e opiniões, bom atendimento quando procuraram a escola, além da escolha dos membros da APMF e da direção.
- ❖ Os quatro pais que responderam *não* alegaram a falta de reuniões e a falta de um canal de ligação diária entre pais e escola.

Com relação à participação

- ❖ 86% consideram importante participar da escola e participam das seguintes maneiras: através de reuniões (11), na APM (4), como voluntário (3), nos eventos(6) promovidos pela escola (bingo, festas, rifas,etc.), com o auxílio nas atividades dos filhos, conversando com a professora, atendendo solicitações da escola e da professora, dentre outros.
- ❖ Os motivos que os levam a participar são : para melhorar a qualidade, contribuir com o bom andamento da escola, para incentivar filhos e professores.
- ❖ Os que responderam que não participam, alegaram que não o fazem por conta da falta de tempo, medo de atrapalhar e confiança no trabalho da escola. Outros sugeriram mais reuniões e uma maior integração com as famílias.
- ❖ Segundo os pais, o fator que mais impede a participação na escola é a falta de tempo e a incompatibilidade de horários(50%).Foram citados também a falta de vontade, disponibilidade e interesse; falta de comunicação, gestores que não escutam e não dão atenção aos pais (segundo o pai, não acontece na escola), interesses particulares ou políticos, falta de reuniões. Quatro pessoas responderam que não há nada que possa atrapalhar.

Com relação ao Conselho Escolar

- ❖ Na opinião dos pais, o Conselho Escolar é: reunião da direção com os professores, a fim de orientar os alunos, avalia-los, solucionar seus problemas (aprendizagem, comportamento, drogas) visando melhorar sua situação e zelar por seu bem estar. Também tem como objetivo orientar e aconselhar a família, manter bom relacionamento entre alunos e professores.

Foi citado que o mesmo se constitui de pessoas capacitadas para agir em diversas situações. Outros ainda citaram que é uma reunião entre professores e direção onde se formulam bingos e festas.

Outra citação é a de que o mesmo se constitui de uma “equipe multidisciplinar”, um grupo de pessoas (pais, professores e diretores)

responsáveis pela formulação de objetivos, solução de problemas pela direção do futuro da escola.

- ❖ Quanto a sua função, muitos mencionaram que o mesmo atua junto a problemas de aprendizagem, problemas de comportamento, atua no desempenho da criança, “interferindo na família ou escola” como um “segundo pai”, orienta no mercado de trabalho e com relação a drogas e educação sexual, aconselha pais e alunos nos problemas, atua na melhoria dos métodos de ensino, necessidades da escola com relação a financiamento arrecadando fundos para a escola, em casos de violência, resolvendo problemas com funcionários, auxiliar dos pais. Muitos responderam que o Conselho Escolar atua em todos os assuntos.
- ❖ Um dos pais colocou como sugestão “torna-lo mais divulgado, público para que os pais estejam mais presentes”.
 - Questionários para os Alunos²¹

Com relação aos dados pessoais

- ❖ Os alunos têm de 8 a 11 anos, sendo que 82% tem entre 9 e 10 anos.
- ❖ Os entrevistados são alunos da 3^a a 4^a série dos turnos da manhã e tarde.

Com relação a participação

- ❖ 100% dos entrevistados acham importante participar, contribuir com a escola.
- ❖ Quando convidados a responder os motivos, os alunos (e alguns pais que responderam o questionário) responderam em sua maioria que é importante para que haja uma melhoria do prédio, do material e da qualidade do ensino-aprendizagem. Outros, também a maioria, responderam que é para arrumar o que está estragado (reformular a escola), melhorar equipamentos; contribuir com o xerox. Outras respostas menos expressivas: para participar de brincadeiras, para a melhora das crianças, para ajudar no presente para os pais, porque

²¹

precisam da escola, porque a escola nos ajuda, porque através dos alunos a escola cresce, para ter um bom ensinamento e cultura diferenciada, para resolver problemas fácil e rapidamente, porque não é justo a escola contribuir com tudo que a gente utiliza, para a escola fazer tarde de lazer e reformas.

- ❖ Quando questionados se participam, as crianças (e pais) responderam em sua maioria que sim. Somente 17 % responderam que não.
- ❖ Na questão: *De que forma você participa ou gostaria de participar da escola?* , tivemos as seguintes respostas: não brigando com os colegas e professoras, conservando e contribuindo com a escola, fazendo brincadeiras e praticando esportes, indo a escola, fazendo as tarefas, participando e colaborando na medida do possível, ajudando a escola nos eventos, ajudando professoras e direção com pequenas tarefas. A maioria respondeu que participava vendendo rifa, contribuindo no xerox e com o que a escola precisa. As repostas daqueles que não participam mencionaram que gostariam de participar dando opinião e sugestões, queriam mais reuniões para uma maior participação, gostariam que a escola comunicasse as pessoas das obras a serem feitas. Outros queriam que a escola oferecesse trabalho voluntário e cursos, atividades extras para aumentar conhecimento dos alunos e dos pais. Alguns (pais, certamente) responderam que não participam por falta de tempo, pois trabalham em tempo integral.
- ❖ Na questão *“O que você acha que pode atrapalhar a participação das pessoas na escola?”* a maioria respondeu : nada pode atrapalhar “ se a pessoa quiser vai ate a escola, porque a escola não vai até sua casa”, o trabalho, bater ou desobedecer a professora e as drogas e violência. Outras respostas: desentendimento entre as pessoas, desunião brincadeiras de mal gosto, aquele que não participa e intriga com tudo, fofocas, não pagando nada, falta de reuniões, não vender rifas, quem dá opinião e não age, falta de informação sobre a maneira da escola trabalhar, falta de tempo livre, falta de comunicação, briga bagunça e desrespeito, falta de conscientização das pessoas, falta de

espírito de equipe, prepotência dos membros da escola, falta de atenção.

- Questionários para Funcionários²²

Com relação aos dados pessoais

- ❖ A idade dos funcionários entrevistados varia de 16 a 53 anos.
- ❖ A experiência das professoras varia de 2 a 21 anos.
- ❖ Quanto a formação, 1 possui 1ª a 4ª incompleto, 2 possuem 5ª a 8ª incompleto, 1 tem o Ensino Médio completo e 1 está cursando o E.M.

Com relação à Gestão Democrática

- ❖ Quando questionado se a escola em que trabalham possui uma gestão democrática, 100% responderam que sim.
- ❖ Em seguida, foram convidados a responder o porquê citando um fato ocorrido, os entrevistados responderam: a escola precisa de todos, há reuniões com os funcionários e pais para a organização de eventos, o trabalho é feito com união e harmonia, trabalho é sempre em equipe.

Com relação à Participação

- ❖ Ao serem questionados se julgam importante participar da escola, e porquê, responderam que sim, porque: a participação proporciona equilíbrio, para um melhor andamento da escola, para a escola melhorar, se não houvesse participação nenhuma escola teria o que os alunos necessitam, participação de todos auxilia nos problemas diários e no progresso da escola.
- ❖ Na questão “*A escola dá abertura para que a comunidade escolar (professores, funcionários, pais e alunos) participe da escola?*”, todos responderam que sim.
- ❖ Ao responderem como participam, ou gostariam de participar da escola, houve as seguintes respostas: a maioria respondeu que auxilia com seu trabalho, auxílio nas atividades fora do horário de trabalho quando tem tempo, contribuo com a APM, ajudo com trabalho comunitário.

²²

- ❖ Ao serem convidados a citar como cada grupo deve participar, apareceram as seguintes respostas: Equipe diretiva e pedagógica: atuando junto aos pais e trazendo-os para dentro da escola, cuidar da saúde e da higiene dos alunos, trabalhar a agressividade dos alunos, auxiliar no desempenho geral dos alunos, ou não sabia responder. Professores: atenção para alunos com dificuldade, educando e ensinando para encontrar um bom caminho, transmitir conhecimento, duas pessoas responderam que não sabem. Alunos: fazer da escola um lugar agradável como sua casa, colaborar com a limpeza da escola e respeito aos professores, conservação da escola, buscar aprendizagem. Pais: participando da vida escolar de seu filho, conversando com seu filho para que na escola não sejam mal educados com os professores, com trabalho comunitário, contribuir com a APM para melhorar a escola.
- ❖ Sobre o que impede ou atrapalhar a participação da comunidade escolar, responderam: falta de abertura da escola para que haja mais integração entre a comunidade e escola, trabalhar o dia todo fora, falta de união e respeito, falta de discussão e de um plano para a escola, outro não sabe.

Com relação Conselho Escolar

- ❖ Ao serem convidados a responder o que é Conselho Escolar e sua finalidade, um dos entrevistados respondeu que é um órgão que atua dentro da escola e que auxilia nas dificuldades ou problemas dentro e fora da escola. Os demais responderam que não sabiam.
- ❖ Nas observações, um dos funcionários escreveu: “ A escola é um órgão que funciona como qualquer motor quando existe a falta de uma engrenagem esse motor não funciona direito e assim é a escola todos os funcionários tem a mesma importância para o funcionamento da escola”

- Questionários para Professores²³

Com relação aos dados pessoais

- ❖ A idade das professoras entrevistadas varia entre 28 e 39 anos.

²³ Apêndice D – Questionários respondidos pelos professores (p. 67)

- ❖ A experiência das professoras varia de 9 a 18 anos, atuando na Educação Infantil, séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Especial.
- ❖ Quanto a formação, 1 possui magistério, 5 estão cursando o Normal Superior, 2 cursando Pedagogia, 1 com Superior completo e 2 pós graduadas.

Com relação à Gestão Democrática

- ❖ Na opinião das professoras, Gestão Democrática é:
 - Participação efetiva de todos nas decisões e trabalhos a serem realizados
 - Tomada de decisões que envolvam ensino e aprendizagem
 - Participação diária da comunidade escolar, com autonomia administrativa, financeira e pedagógica.
 - União da direção e funcionários
 - Envolvimento e participação de toda a comunidade escolar
 - A equipe administrativa usar a democracia para decidir as questões relacionadas a escola.
 - Uma ação coletiva, participação da comunidade escolar e a atuação da liderança.
 - Tomada de decisões a respeito do QUÊ e de COMO se ensina.
- ❖ Quando questionadas a se a escola possui uma Gestão Democrática, todas responderam que sim, citando os seguintes exemplos:
 - Todos participam com sugestões
 - As decisões são retomadas e a partir do estabelecimento de novas políticas para superar as dificuldades
 - As decisões são tomadas em conjunto, após a discussão com os membros.
 - Ao surgirem problemas, a direção reúne a equipe para refletir e coletar a opinião de todos.
 - Os acontecimentos são discutidos com todos
 - A equipe pedagógica pede a opinião das professoras para decidir algo.

- A gestão democrática está presente no desenvolvimento do currículo, ensino e avaliação
- Acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive na sala de aula.

Com relação à Participação

- ❖ Com relação a este tópico, uma das professoras responde: “Todos podem participar discutindo politicamente a escola, ou seja, participando de reuniões e discussões a sobre o que querem para essa escola e quais objetivos precisam ser delineados para que tal fato se concretize. Pais, alunos e demais funcionários não irão decidir o pedagógico da escola, porém, têm todo o direito de conhecer de que forma a escola organiza seu trabalho, e assim contribuir com suas sugestões, tendo em vista a melhoria do trabalho pedagógico.”
- ❖ Sobre as formas de participação dos professores na escola, a qual está prevista na LDB, as professoras responderam:
 - Todos participam com sua opinião sobre o trabalho a ser realizado pela escola.
 - Opinando nas decisões e experiências escolares
 - Participando quando é convidado ou convocado, ou quando possui idéias novas que ajudem a escola ficar melhor.
 - Estando presente nas atividades propostas pela escola.
 - Participando das decisões com a direção e equipe pedagógica
 - Dando opiniões e sugestões com atividades para alunos e equipe.
 - Dedicar sua vida de educador, engajados em atividades educacionais organizadas em torno de princípios pedagógicos e sociais.
 - A maioria respondeu: participando da elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola e de reuniões e atividades propostas pela equipe pedagógica e direção.
- ❖ Sobre as formas que a Direção e equipe pedagógica podem participar na escola:
 - Organizando e cumprindo metas planejadas coletivamente
 - Garantir a participação de todos

- A direção é respondendo por toda a escola e a equipe pedagógica responsabilizando-se por pais, alunos e professores.
- Dividir atividades propostas, responsabilidades entre os membros.
- Com responsabilidade, orientar membros da escola para efetivar gestão democrática
- Trabalhando junto, orientando o grupo democraticamente
- Dando opiniões, expondo dificuldades e sugerindo.
- Promover integração
- Ordenando, mantendo, aperfeiçoando e desenvolvendo uma programação planejada coletivamente
 - ❖ Sobre as formas que os funcionários podem participar na escola:
- Tendo consciência da sua importância como membro da escola participando
- Disposição para cooperar com a escola
- Organizar, seu trabalho sabendo de suas responsabilidades.
- “Vestir a camisa” da escola
- Propondo e dando idéias para a limpeza e organização da escola
- Criar uma educação disciplinada e amorosa
 - ❖ Sobre as formas de participação dos alunos:
- Colaborando, respeitando o professor, a direção, equipe pedagógica e funcionários
- Fazer com que conheçam seus direitos para lutar e alcançar objetivos
- Participar e dar opinião
- Abandonar papel passivo e assumir um papel ativo e participativo
- A maioria das professoras respondeu: Conhecer direitos e deveres para reivindicá-los e participar da escola
 - ❖ Sobre as formas de participação dos pais:
- Participar das reuniões e acompanhar o desenvolvimento do filho.
- Interessar-se pela metodologia da escola.
- Expondo os problemas de aprendizagem do filho.

- Podem e devem participar das instâncias e atividades, mas é impossível reunir todas as pessoas envolvidas de maneira permanente para tomar decisões, para isso é necessário buscar formas representativas para a tomada de decisões, como a APM.
- A maioria das professoras respondeu: Interessar-se pela vida escolar dos filhos, participando mais da mesma.
 - ❖ A respeito do que atrapalha ou impede a participação da comunidade escolar
- Falta de clareza do que significa democracia e participação, sendo que esta última neste século XXI pode apresentar inúmeras 'facetetas'.
- Falta de comprometimento dos envolvidos.
- A maioria respondeu: falta de diálogo e autoritarismo da direção
- Falta de interesse
- Falta de colaboração
- Escola fechada à participação
- Falta de informação e comunicação
- Falta de compromisso da direção
- Quando a escola não é aberta para ouvir
- Competitividade
- Individualismo

Uma das professoras escreveu a seguinte frase, a qual me chamou atenção:

“ A participação é um processo de conquista, não existe participação suficiente nem acabada”.

Com relação ao Conselho Escolar

- ❖ Sobre o que é Conselho Escolar:
 - É uma organização onde a comunidade escolar tem o direito de explicitar seus interesses e reivindicações
 - Um grupo formado por representantes dos pais, professores, alunos e direção e da comunidade local
 - É um órgão que verifica o bom funcionamento da escola.
 - Um órgão de representação da escola

- Forma colegiada de participação, representatividade necessária à tomada de decisões
- Deveria ser um grupo de pessoas da escola e comunidade dispostas e ativas a resolver problemas relacionados à escola e alunos
- A maioria respondeu que é responsável por manter um bom relacionamento entre os membros da escola
 - ❖ A respeito de sua finalidade e assuntos nos quais atua:
 - Romper com relações burocráticas, promovendo articulação entre os vários segmentos
 - Atuar em situações que venham a prejudicar o andamento do trabalho pelo qual a instituição se propôs a trabalhar
 - Resolver situações que ocorrem no dia a dia da escola
 - Fiscalizar a escola como um todo
 - Atua quando necessário, por exemplo, tomando uma atitude mais séria com um aluno indisciplinado
 - Em situações mais sérias com funcionários e alunos
 - Não sei exatamente, pois nunca o vi atuando
 - Assegurar a qualidade do ensino e da educação e a formação da cidadania
 - Decisões nas situações que aparecem no dia a dia.
 - A maioria respondeu que ele atua na articulação entre sociedade e escola, de forma a garantir que a escola cumpra com sua função social.

No campo das observações, gostaria de chamar a atenção ao comentário de uma das professoras: “Percebo que em algumas escolas (não nesta) que trabalhei os professores não tem direito de dar sua opinião e se o fizerem são discriminados. Devem apenas acatar e obedecer!”.

- Questionários para Equipe Diretiva-pedagógica²⁴

A equipe diretiva pedagógica é composta por 3 pessoas: a diretora, uma supervisora e uma orientadora. Como as pedagogas trabalham juntas, decidiram responder um único questionário.

²⁴ Apêndice E – Questionários respondidos pela equipe diretiva-pedagógica (p. 68)

Com relação aos dados pessoais

- ❖ A diretora possui 26 anos de magistério, dentre as quais atuou na educação especial e orientação educacional. A equipe pedagógica possui 2 anos de experiência na área.
- ❖ Quanto a formação, todas são Pedagogas pós graduadas em Educação Especial e Gestão Escolar

Com relação à Gestão Democrática

- ❖ Na opinião da direção, Gestão Democrática: “É buscar o envolvimento da equipe de profissionais, contar com uma estrutura em que as responsabilidades estejam bem definidas, dispor de várias formas de comunicação entre todos os envolvidos, ter uma liderança que consiga motivar e mobilizar todos os envolvidos no processo numa atuação conjunta em torno de objetivos comuns. Já para a equipe pedagógica, a Gestão Democrática constitui-se da “participação de toda a comunidade escolar, professor, pais, alunos e funcionários.”
- ❖ Quando questionados sobre se a escola possui uma gestão democrática, a diretora não responde nem sim ou não, e menciona: “estamos procurando sua construção através de atitudes e momentos de busca de envolvimento de toda a equipe para que desta forma se estruture uma gestão democrática. Já a equipe pedagógica afirma que sim, “porque todos os fatos ocorridos na escola são discutidos com todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem.”

Com relação à Participação

- ❖ A equipe foi questionada se a escola dá abertura para que a comunidade escolar (professores, funcionários, pais e alunos) participe da escola. Em seguida, foram convidados a citar de que formas. A diretora respondeu que sim, buscando sempre suas opiniões, promovendo situações em que todos possam dar sua parcela de participação. A equipe pedagógica também respondeu que sim. “Reunindo-os, colocando os problemas para que sejam discutidos no coletivo.”
- ❖ Em seguida, foram convidadas a citar as formas ideais de participação de cada um dos membros da comunidade escolar. Equipe pedagógica e diretiva: interagindo mutuamente para que o processo educativo se

desenvolva linearmente. Não concentrar o poder em si, dividindo responsabilidades com todos. Professores: o educador que ama o que faz encanta e seduz seu aluno, desta forma sua participação já é efetiva. Realmente se interessar em fazer acontecer uma verdadeira gestão democrática. Funcionários: Se conscientizarem de que são membros da escola e sua participação é importante. Alunos: Formação de monitorias, representantes de classe, grêmio estudantil, participação do conselho de classe e conselho escolar. Conhecer seus direitos para que possam atuar de forma mais democrática. Pais: Participarem de forma mais freqüente às atividades desenvolvidas pela escola, não somente em reuniões, mas em grupos mais representativos como APM, clube de mães, escola de pais, etc. Compreender que a sua participação é muito importante na vida escolar do filho.

- ❖ A equipe foi convidada para avaliar o interesse de participação dos grupos citados acima. A direção menciona que é preciso melhorar. Muitos ainda buscam ' justificativas furadas' para se eximirem de 'trabalho extra'. As pedagogas mencionam que os pais e os alunos devem atuar de maneira mais participativa.
- ❖ Na questão referente aos fatores que atrapalham ou impedem a participação na escola, foi comentada a "falta de vocação ('vestir a camisa da escola'). Poucas se dispõem a dar parte de seu tempo extra à escola".As pedagogas comentaram o autoritarismo por parte da direção.

Com relação ao Conselho Escolar

- ❖ Sobre o que é Conselho Escolar a diretora responde: "É um órgão de natureza consultiva, deliberativa e fiscal formado/representado por todos os setores da escola para garantir seu funcionamento perfeito." Já a equipe pedagógica afirma que " a função do conselho escolar é garantir o bom funcionamento e relacionamento entre os membros da escola."
- ❖ Sobre sua finalidade: Direção "Servir de suporte às situações conflitantes da escola que sejam administrativas, pedagógicas ou também de fiscalização." Equipe pedagógica " O conselho escolar tem

por finalidade promover uma articulação entre a sociedade e a escola, de forma a garantir com que a escola cumpra com sua função social.”

- ❖ A respeito dos problemas na sua organização, a direção responde: “Alguns segmentos resistem à participação pelo grau de importância do mesmo e também por acharem que terão muitas reuniões durante sua gestão.” As pedagogas responderam que não participam diretamente da organização do mesmo.
- ❖ Com relação aos problemas do conselho em ação, a direção menciona a dificuldade de reunir-se mais frequentemente para ajudar a resolver alguns impasses das áreas administrativa e/ou pedagógica (muitas vezes as próprias áreas resolvem sozinhas). Já a equipe pedagógica afirma que poucas foram as situações em que o Conselho Escolar foi acionado, das quais não fizeram parte.
- ❖ Questionadas a respeito do que consideram ser essencial para que o Conselho Escolar funcione efetivamente, a direção responde: “Ser formado por pessoas realmente ‘amantes’ da educação e empenhadas na busca da qualidade de seu trabalho. As pedagogas falam do ”cumprimento de normas disciplinares referentes aos direitos e deveres de toda a comunidade escolar.”

CAPITULO V

ANÁLISE E RESULTADOS

5.1 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS ATRAVÉS DA COLETA DE DADOS

Tendo em vista a práxis, amparada pela fundamentação teórica, neste capítulo busquei analisar e discutir os dados coletados e experiências vivenciadas no campo em questão, enfatizando as principais necessidades dos diferentes membros que atuam na escola.

5.1.1 Análise dos Questionários dos Pais

Através dos questionários, percebemos que os pais dos alunos gostam de estar em contato com a escola, quer seja através de reuniões, bilhetes, telefonemas ou visitas, o que evidencia o interesse que possuem em participar e auxiliar no processo de ensino-aprendizagem de seus filhos. Eles também possuem consciência da importância de sua participação na escola, e afirmam que a principal limitação para que a participação se efetive é a incompatibilidade de horários e a falta de tempo por parte deles.

Segundo eles, a escola possui uma Gestão Democrática e participativa, pois são convidados a participar dos processos decisórios e sugerir encaminhamentos para a escola, citando inclusive a escolha da direção e dos membros da APM.

Quanto a sua concepção de Conselho Escolar e sua atuação dentro da escola, muitos o confundem com o Conselho de Classe, portanto não incluem-se nele. Porém, apesar de confundir suas atribuições com as da APM (angariar fundos para a escola), eles têm consciência que as suas principais funções são a deliberativa e de aconselhamento. Penso que foi extremamente relevante e significativa uma das sugestões apresentadas por um pai, com relação ao Conselho Escolar, revelando a necessidade de: *“torna-lo mais divulgado, público para que os pais estejam mais presentes”*. Aqui ficou evidente o anseio dos pais por maior participação na escola de seus filhos.

5.1.2 Análise dos Questionários dos Alunos

Analisando os dados, pode constatar que para maioria dos alunos, participar da escola limita-se à questão de manutenção e conservação do prédio, enfocando questões de cunho financeiro. Outros ainda veicularam a questão da participação ao voluntariado e à oferta de atividades extra curriculares na escola bem como à praticas bem aceitas no universo escolar.

Algumas crianças que afirmaram não participar da escola, evidenciaram o desejo de participar de uma forma mais efetiva: opinando e sugerindo. O que mais chama a atenção é a noção de comprometimento, expressada por uma das crianças na seguinte frase: “ *nada atrapalha a participação, se a pessoa quiser vai ate a escola, porque a escola não vai até sua casa*”.

5.1.3 Análise dos Questionários dos Funcionários

Através da análise dos questionários, percebi que os funcionários sentem-se valorizados e parte da escola, pois são ouvidos sempre que procuram a direção seja por conta de algum problema ou pela proposição de alguma sugestão. Eles têm consciência de sua importância na escola. A partir de tais respostas percebi que efetivamente a Gestão Democrática ocorre nesta escola.

Porém a concepção de participação dos funcionários é veiculada a atividades voluntárias e/ou próprias das funções exercidas diariamente pelos membros da escola. Quando questionados a respeito do que impede a participação na escola responderam: “falta de abertura da escola para que haja mais integração entre a comunidade e escola, trabalhar o dia todo fora, falta de união e respeito, falta de discussão e de um plano para a escola”, evidenciando uma boa concepção teórico-prática do que vem a ser o reflexo de uma real participação na escola.

Com relação ao conceito de Conselho Escolar, a maioria não o conhecia, e o único que respondeu o percebe somente como solucionador de problemas (quer seja por conta de relacionamentos ou advindos de seu funcionamento), e como vimos, a função deste tem uma amplitude maior. Tal fato evidencia a necessidade da socialização das informações referentes à função e funcionamento deste importante veículo de participação no interior da escola.

5.1.4 Análise dos Questionários das Professoras

Analisando os dados, verifiquei que as professoras têm uma boa experiência na área educacional, além de um bom nível de instrução e um grande comprometimento com o constante aperfeiçoar-se.

Possuem uma excelente noção de Gestão Democrática e acreditam que a escola a coloca em prática, uma vez que estão sempre participando dos processos decisórios travados no interior da mesma. Apesar de algumas professoras relacionarem a participação dos funcionários às suas atividades específicas e diárias, outras demonstram estar conscientes tanto do seu papel bem como do papel dos demais membros da comunidade escolar neste processo decisório, gerado pela Gestão Democrática.

Colocaram muito bem as limitações existentes na realidade escolar, com relação à efetivação da gestão democrática. Neste ponto, destaco a “falta de clareza do que significa democracia e participação”, bem como a questão da falta de comprometimento e do individualismo. Demonstraram também grande compreensão do conceito de participação, destacando que “*A participação é um processo de conquista, não existe participação suficiente nem acabada*”.

De uma maneira geral, também têm uma boa noção do significado do conselho escolar e sua atuação. Porém a maioria ainda não tem definida uma concepção sólida e segura de sua importância e de sua atuação.

Vale a pena destacar um comentário a respeito do autoritarismo que ainda persiste nas escolas, o que felizmente (e visivelmente) não ocorre no ambiente estudado.

5.1.5 Análise dos Questionários da Equipe Diretiva-Pedagógica

A equipe diretiva possui uma boa percepção do conceito de Gestão Democrática, e em suas respostas demonstram estar construindo uma participação mais efetiva da comunidade escolar como um todo, e para alcançar tal objetivo a escola tem promovido momentos de troca e discussão entre os interessados em participar deste processo.

Considero extremamente interessante e correta a forma de participação dos membros da comunidade escolar almejada pela equipe diretiva, em especial a que se refere aos discentes: “*formação de monitorias, representantes de classe,*

grêmio estudantil, participação do conselho de classe e conselho escolar. Conhecer seus direitos para que possam atuar de forma mais democrática”, bem como a participação ideal dos pais: “Participarem de forma mais freqüente às atividades desenvolvidas pela escola, não somente em reuniões mas em grupos mais representativos como APM, clube de mães, escola de pais, etc. Compreender que a sua participação é muito importante na vida escolar do filho.”

Infelizmente o interesse dos pais e dos alunos não atinge as expectativas, e muitas vezes a falta de comprometimento dos funcionários da escola também influenciam para que a participação não se efetive no espaço escolar.

No que se refere ao Conselho Escolar – sua finalidade e objetivos- percebemos que a equipe diretiva- pedagógica tem uma excelente concepção deste órgão, bem como reconhece sua importância no espaço escolar. Com relação às dificuldades, a resistência à participação por medo e falta de tempo reaparece, evidenciando novamente a falta de comprometimento. Outro fato interessante é a autonomia dada aos segmentos para resolverem as dificuldades encontradas, não necessitando assim do auxílio do Conselho Escolar.

Realmente, como mencionou a direção, o principal ingrediente para que o Conselho funcione efetivamente é: “Ser formado por pessoas realmente ‘amantes’ da educação e empenhadas na busca da qualidade de seu trabalho”. Concordo plenamente com tal afirmação, pois se tanto a equipe diretiva-pedagógica quanto os demais segmentos formos amantes da educação lutarão juntos para o bem maior que é a qualidade da educação bem como de suas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na época dos jesuítas instalou-se - na área educacional - um sistema reprodutivista e dependente, no qual o professor, que no caso eram os jesuítas era o único detentor do saber e o aluno é um mero receptor, totalmente dependente da figura do mestre para a efetivação da aprendizagem, cabendo a ele simplesmente copiar, calar e obedecer.

Esse sistema perdurou até a bem pouco tempo atrás, quando educadores conscientes começaram a bradar que esse sistema deveria mudar e que essa mudança iniciaria quando os educadores revolucionassem a relação pedagógica. A partir de então, foi estabelecido que todos – professores, pais e funcionários – são responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem. E aí surgiu a grande dúvida : *Como deve ser a relação entre professor e aluno para que os alunos sejam sujeitos ativos no processo de aprendizagem, mudando assim esse sistema vigente? E com relação à comunidade escolar, qual deve ser o caminho para que haja uma participação efetiva na escola?*

No decorrer deste trabalho, tentei demonstrar que a relação entre a escola e a comunidade escolar deve ser de intenso diálogo, onde as duas partes contribuem com o que sabem, travando não mais um vínculo dependente, mas sim cooperativo entre ambos. E me espantei porque todos parecem almejar o mesmo.

Porém, além do desejo de ajudar, percebi que as limitações não são poucas. E muitas vezes sua superação não depende somente da vontade do diretor ou de qualquer outro membro da comunidade escolar.

Nas atividades práticas percebi a presença de críticas. Críticas são muito bem vindas, pois através delas é que percebemos o que deve ser mudado. Porém é preocupante o número de críticas pela crítica, ou seja, aquelas que simplesmente apontam o erro e não sugerem, não criam, não arriscam palpites ou mudanças. Houve momentos em que os entrevistados propuseram sugestões, como é o caso da solicitação de reuniões, porém a participação dos pais nas mesmas é geralmente abaixo do esperado.

Por este e outros fatos, acredito que a superação das limitações requer comprometimento, desejo de uma escola melhor para mim, para você, para meu filho, para seu filho... Requer mudança de atitude por parte de todos. Da direção e equipe pedagógica, além da abertura: estímulo. Dos funcionários além de seu

trabalho: vontade de participar. Dos alunos, além de simplesmente ir a aula: interesse e reivindicação. Dos pais além de contribuir financeiramente: disposição de tempo.

É evidente que anos de repressão no ensino, onde não era permitido nem ao menos perguntar, onde o silêncio era sinônimo de aprendizagem deixaram todos acostumados a simplesmente obedecer, deixaram marcas profundas e consigo uma imensa dificuldade em opinar, em sugerir, em criticar. Acredito que a mudança e o constante diálogo, assim como a participação não é e nem devem ser “acabados”, e sim um processo em constante evolução.

Ao final deste trabalho percebi que a socialização das informações e a abertura da direção por si só não bastam. E para que a mudança e o diálogo almejados realmente sejam efetivos, é necessária e urgente uma mobilização para a busca do comprometimento e dedicação da comunidade escolar em todos os aspectos.

REFERÊNCIAS

BARROSO, João . **O estudo escola**. Porto: Porto, 1996

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988

BRASIL. **Lei 9394/96 (LDB)**. Brasília, 1996

BRASIL. **Lei 10.172 (Plano Nacional de Educação)**. Brasília, 2001

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática** . *In* OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Gestão Democrática da Educação -desafios contemporâneos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os Conselhos de Educação e a Gestão dos sistemas** . *In* FERREIRA E AGUIAR. *Gestão da Educação: impasses perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2001.

GANDIN, Danilo. **A prática do Planejamento participativo**. Petrópolis: Vozes, 2000

GRAMSCI, TASCA, TOGLIATTI E TERRACINI *in* **Revista Lórdine Nuovo**. 1º de maio de 1919

LIMA, Antonio Bosco de (org.). **Política Educacional e qualificação docente: Seminário do Curso de Especialização em Fundamentos da Educação**. Cascavel: Assoeste, 2000

PARANÁ. **Lei 665/2003 (Eleição de Diretores)**. Curitiba, 2003

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A gestão democrática da Educação no contexto da reforma do estado.** In FERREIRA E AGUIAR. Gestão da Educação: impasses perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Dalila (org). **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

PARO, Vitor Henrique . **Administração Escolar – introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2003

PILETTI, Nelson . **Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental.** São Paulo: Ática, 1998

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Financiamento da Educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002).** Educ. Soc. V. 23 no. 80, Campinas set 2002

RODRIGUEZ, Vicente. **Financiamento da Educação e políticas públicas: O Fundef e a política de descentralização.** Cadernos Cedes, ano XXI, no 55, novembro/2001

SANTOS GUERRA, Miguel Angél. **El lado oculto de la organización escolar.** Málaga/Espanha: Aljibe, 1994

UFPR, SISMMAC & SISMMAR. **Conselho de Escola: construindo a democracia.** Curitiba: UFPR, 2001

VEIGA, Ilma Passos (org). **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus, 1995

VIEIRA, Sofia Lerche. **Escola – função social, gestão e política educacional** In FERREIRA E AGUIAR. Gestão da Educação: impasses perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionários respondidos pelos pais – (modelo)

FACULDADE PE JOÃO BAGOZZI
CEPPEB – Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão Bagozzi,

Questionário para os pais

I - Informações Pessoais

Idade: _____

Quantos filhos? _____

Trabalha? () sim () não Em quê? _____

Trabalha em que turno?

() manhã () tarde () noite () integral

Escolaridade:

1ª a 4ª série () incompleto () completo

5ª a 8ª série () incompleto () completo

Ensino Médio - 2º Grau () incompleto () completo

Outra: _____

Você procura se comunicar (através de bilhetes, telefonemas) ou visitar a escola de seu(sua) filha para conversar com as professoras, orientadoras e com a direção?

() sim () não

Por quais motivos? _____

II - Gestão Democrática

Na Gestão Democrática a direção da escola não toma as decisões por si só. Ela ouve o que alunos, pais e funcionários tem a dizer para a partir daí buscar a melhor solução. Todos têm abertura para colocar os problemas e contribuir com sua opinião. A escola em que você trabalha possui esta forma de gestão ?

() sim () não

Por que? Cite um fato que exemplifique sua opinião:

II - Participação

Você acha importante participar, contribuir com a escola? Por que?

Você participa?

() sim () não

De que forma você participa ou gostaria de participar da escola?

APÊNDICE B – Questionários respondidos pelos alunos (modelo)

FACULDADE PE JOÃO BAGOZZI
CEPPEB – Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão Bagozzi,

Questionário para os alunos

I - Informações Pessoais

Idade: _____

Série: _____

Turno: () manhã () tarde

II - Participação

Você acha importante participar, contribuir com a escola? Por que?

Você participa?

() sim

() não

De que forma você participa ou gostaria de participar da escola?

O que você acha que pode atrapalhar a participação das pessoas na escola?

- equipe diretiva e pedagógica: _____

- professores: _____

- alunos: _____

- pais: _____

Em sua opinião, o que pode atrapalhar ou impedir a participação da comunidade escolar (pais, alunos, professores e demais funcionários) na escola?

II - Conselho Escolar

Na sua opinião, o que é Conselho Escolar?

Qual é sua finalidade? Em quais assuntos ou situações ele atua?

Observações que julgue necessárias:

APÊNDICE D - Questionários respondidos pelos professores (modelo)

FACULDADE PE JOÃO BAGOZZI
CEPPEB – Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão Bagozzi,

Questionário para os Professores

I - Informações Pessoais

Idade: _____

Experiência profissional : _____

Formação: _____

II - Gestão Democrática

Na sua opinião, o que é gestão democrática?

Esta escola possui uma gestão democrática?

() sim () não

Por que? Cite um fato que exemplifique sua opinião:

III - Participação

A LDB 9394/96 prevê a participação dos professores na escola. Na sua opinião, de que forma o professor pode exercer o direito de participar na escola em que trabalha?

Agora, cite de que forma você acha que cada um dos grupos abaixo pode participar, dar sua contribuição, para a escola :

• equipe diretiva e pedagógica: _____

• funcionários (serviços gerais, secretaria, biblioteca, etc): _____

• alunos: _____

• pais: _____

Em sua opinião, que fatores podem atrapalhar ou impedir a participação da comunidade escolar (pais, alunos, professores e demais funcionários) na escola?

II - Conselho Escolar

Na sua opinião, o que é Conselho Escolar?

Qual é sua finalidade? Em quais assuntos ou situações ele atua?

Observações que julgue necessárias:

APÊNDICE E - Questionários respondidos pela equipe diretiva-pedagógica (modelo)

FACULDADE PE JOÃO BAGOZZI
CEPPEB – Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão Bagozzi,

Questionário para a equipe Diretiva e Pedagógica

I - Informações Pessoais

Idade: _____

Função: _____

Experiência profissional : _____

Formação: _____

II - Gestão Democrática

Na sua opinião, o que é gestão democrática?

Esta escola possui uma gestão democrática?

() sim () não

Por que? Cite um fato que exemplifique sua opinião:

III - Participação na Escola

A escola dá abertura para que a comunidade escolar (professores, funcionários, pais e alunos) participe da escola? De que formas?

Agora, cite de qual seria a forma ideal de participação decada um dos grupos abaixo:

- equipe pedagógica e diretiva:

- professores:

- funcionários (serviços gerais, secretaria, biblioteca, etc):

- alunos:

-
- pais:

Como você avalia o interesse de participação dos grupos acima? Está correspondendo ao esperado ou precisa melhorar?

Em sua opinião, que fatores podem atrapalhar ou impedir a participação da comunidade escolar na escola?

IV - Conselho Escolar

O que é Conselho Escolar?

Qual é sua finalidade? Em quais assuntos ou situações ele atua?

Quais são os principais problemas na organização do Conselho Escolar?

E do Conselho Escolar em ação?

O que você considera ser essencial para que o CE funcione efetivamente?

Observações que julgue necessárias:

ANEXOS
ANEXO A – “No papel”, reportagem da Revista Educação

**ANEXO B – “De Olho nas contas do Fundef” Reportagem da Revista Nova
Escola**

ANEXO C – “Aumenta a Escolaridade, mas não o conhecimento dos brasileiros” Reportagem Da Gazeta Do Povo

**ANEXO D – “Pais pintam e consertam escolas, mas ainda não opinam na
educação” Reportagem da Gazeta do Povo**

**ANEXO E – “Ministro defende educação integrada” , “Mudança na política
salarial enfrenta dificuldade” e “Verba para novo sistema preocupa”
reportagens da Gazeta do Povo**

**ANEXO F – “Patrocínio da escola põe visão crítica dos alunos em risco” e
“Colégio público não deve seguir modelo privado” reportagens da
Gazeta do Povo**

ANEXO G – Alunos Matriculados no Ensino Fundamental, por Série

| 1 - MATRÍCULAS Ensino Regular | | | | | | | | | |
|--|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 1.19 - Número de Matrículas no Ensino Fundamental, por Sêe, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação, em 27/3/2002 | | | | | | | | | |
| Unidade da Federação | | | | | Matrículas no Ensino Fundamental | | | | |
| | Total | 1ª série | 2ª série | 3ª série | 4ª série | 5ª série | 6ª série | 7ª série | 8ª série |
| Brasil | 35.150.362 | 5.818.388 | 4.764.926 | 4.492.856 | 4.304.217 | 4.814.111 | 3.960.133 | 3.657.202 | 3.338.529 |
| Norte | 3.320.488 | 732.043 | 530.553 | 452.773 | 417.202 | 403.289 | 316.011 | 238.871 | 229.746 |
| Rondônia | 317.594 | 52.390 | 44.066 | 40.923 | 39.955 | 47.239 | 36.198 | 31.060 | 25.763 |
| Acre | 149.619 | 35.662 | 23.501 | 19.747 | 18.392 | 18.519 | 13.438 | 10.985 | 9.375 |
| Amazonas | 732.978 | 157.129 | 110.103 | 89.602 | 82.898 | 90.490 | 71.562 | 55.686 | 75.508 |
| Roraima | 75.975 | 12.948 | 10.683 | 10.327 | 10.059 | 9.781 | 8.748 | 7.224 | 6.205 |
| Pará | 1.623.105 | 399.173 | 278.340 | 233.280 | 211.214 | 182.748 | 140.008 | 97.913 | 80.429 |
| Amapá | 130.555 | 22.840 | 21.014 | 18.987 | 16.840 | 17.095 | 13.624 | 10.868 | 9.287 |
| Tocantins | 290.662 | 51.901 | 42.846 | 39.907 | 37.844 | 37.417 | 32.433 | 25.135 | 23.179 |
| Nordeste | 12.323.338 | 2.225.894 | 1.773.804 | 1.689.434 | 1.486.439 | 1.819.718 | 1.240.136 | 1.159.709 | 928.204 |
| Maranhão | 1.609.858 | 310.762 | 259.237 | 228.630 | 213.094 | 218.655 | 149.330 | 133.202 | 96.948 |
| Piauí | 784.655 | 172.599 | 116.999 | 106.517 | 96.133 | 112.151 | 74.805 | 62.707 | 42.744 |
| Ceará | 1.863.625 | 303.422 | 223.300 | 237.920 | 219.854 | 260.278 | 218.451 | 167.449 | 232.951 |
| R. G. do Norte | 635.124 | 90.216 | 104.931 | 80.258 | 85.040 | 95.785 | 73.394 | 55.289 | 50.211 |
| Paraíba | 867.244 | 159.276 | 126.181 | 116.851 | 112.123 | 133.160 | 92.128 | 69.255 | 58.270 |
| Pernambuco | 1.791.861 | 309.230 | 249.531 | 231.873 | 211.720 | 259.558 | 208.189 | 167.269 | 154.491 |
| Alagoas | 718.589 | 142.342 | 114.601 | 99.049 | 87.276 | 99.802 | 73.413 | 56.257 | 45.849 |
| Sergipe | 423.106 | 83.660 | 64.913 | 57.375 | 51.812 | 57.785 | 43.269 | 34.184 | 30.108 |
| Bahia | 3.629.276 | 654.387 | 514.111 | 530.961 | 409.387 | 582.544 | 307.157 | 414.097 | 216.632 |
| Sudeste | 12.571.486 | 1.845.376 | 1.579.524 | 1.529.384 | 1.572.070 | 1.579.220 | 1.510.491 | 1.467.085 | 1.488.336 |
| Minas Gerais | 3.520.975 | 511.760 | 433.698 | 427.378 | 432.905 | 447.983 | 440.265 | 410.824 | 416.162 |
| Espírito Santo | 582.096 | 73.920 | 83.919 | 73.218 | 68.182 | 83.799 | 73.403 | 66.549 | 59.106 |
| Rio de Janeiro | 2.474.530 | 496.683 | 305.461 | 291.500 | 285.319 | 321.742 | 293.158 | 256.526 | 224.141 |
| São Paulo | 5.993.885 | 763.013 | 756.446 | 737.288 | 785.664 | 725.696 | 703.665 | 733.186 | 788.927 |
| Sul | 4.372.890 | 625.848 | 563.279 | 527.926 | 538.456 | 623.401 | 561.063 | 494.904 | 438.013 |
| Paraná | 1.693.577 | 242.399 | 230.009 | 206.182 | 212.928 | 241.268 | 211.659 | 184.032 | 165.100 |
| Santa Catarina | 963.336 | 135.004 | 123.755 | 118.704 | 118.025 | 139.828 | 123.488 | 108.117 | 96.415 |
| R. G. do Sul | 1.715.977 | 248.445 | 209.515 | 203.040 | 207.503 | 242.305 | 225.916 | 202.755 | 176.498 |
| Centro-Oeste | 2.562.160 | 389.227 | 317.766 | 293.339 | 290.050 | 388.483 | 332.432 | 296.633 | 254.230 |
| M. G. do Sul | 486.134 | 70.444 | 67.659 | 58.459 | 55.923 | 78.326 | 60.458 | 52.915 | 41.950 |
| Mato Grosso | 602.446 | 101.439 | 69.965 | 64.688 | 71.134 | 94.537 | 76.181 | 67.683 | 56.819 |
| Goiás | 1.099.223 | 163.946 | 132.984 | 125.573 | 120.187 | 163.766 | 148.675 | 130.653 | 113.439 |
| Distrito Federal | 374.357 | 53.398 | 47.158 | 44.619 | 42.806 | 51.854 | 47.118 | 45.382 | 42.022 |

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

ANEXO H – Número de Funções Docentes no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série

| 2 - FUNÇÕES DOCENTES Ensino Regular | | | | | | | | | | |
|---|---|-------------|------------|----------------|-------------------|--------------|-------------|-----------|----------------|--------------|
| 2.12 - Número de Funções Docentes no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série, por Localização e Nível de Formação, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação, em 27/3/2002 | | | | | | | | | | |
| Unidade da Federação | Funções Docentes no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série | | | | | | | | | |
| | Total | | | | | Rural | | | | |
| | Total | Fundamental | | Médio Completo | Superior Completo | Total | Fundamental | | Médio Completo | Sup Comp |
| Incomp | | Comp | Incom | | | | Comp. | | | |
| Brasil | 800.753 | 338 | 098 | 196.593 | 601.724 | 85.850 | 95 | 585 | 48.786 | 36.384 |
| Nordeste | 221.935 | 115 | 679 | 98.376 | 122.765 | 38.061 | 36 | 203 | 27.016 | 10.806 |
| Maranhão | 27.771 | 6 | 132 | 19.982 | 7.651 | 6.847 | 6 | 76 | 6.220 | 545 |
| Piauí | 17.507 | 5 | 83 | 11.085 | 6.334 | 3.225 | 1 | 29 | 2.481 | 714 |
| Ceará | 33.385 | 19 | 123 | 10.303 | 22.940 | 6.875 | 5 | 36 | 3.998 | 2.836 |
| R. G. do Norte | 12.487 | 1 | 55 | 4.181 | 8.250 | 1.424 | - | 9 | 691 | 724 |
| Paraíba | 15.987 | 31 | 32 | 3.325 | 12.599 | 868 | 6 | 11 | 234 | 617 |
| Pernambuco | 32.097 | 10 | 44 | 3.773 | 28.270 | 2.954 | - | 6 | 661 | 2.287 |
| Alagoas | 10.563 | - | 47 | 4.399 | 6.117 | 1.635 | - | - | 917 | 718 |
| Sergipe | 8.37 | 1 | 11 | 3.806 | 4.560 | 1.130 | - | - | 758 | 372 |
| Bahia | 63.760 | 42 | 152 | 37.522 | 26.044 | 13.103 | 18 | 36 | 11.056 | 1.993 |
| Sudeste | 332.121 | 74 | 414 | 33.999 | 297.634 | 15.250 | 5 | 13 | 5.704 | 9.528 |
| Minas Gerais | 92.983 | 12 | 33 | 14.485 | 78.453 | 7.698 | 4 | 2 | 3.906 | 3.786 |
| Espírito Santo | 14.695 | 2 | 1 | 4.211 | 10.481 | 1.535 | - | - | 781 | 754 |
| Rio de Janeiro | 73.952 | 33 | 247 | 9.920 | 63.752 | 3.407 | - | 10 | 932 | 2.465 |
| São Paulo | 150.491 | 27 | 133 | 5.383 | 144.948 | 2.610 | 1 | 1 | 85 | 2.523 |
| Sul | 130.464 | 86 | 492 | 17.284 | 112.602 | 16.670 | 29 | 151 | 4.418 | 12.072 |
| Paraná | 43.305 | 39 | 201 | 1.218 | 41.847 | 3.894 | - | 13 | 182 | 3.699 |
| Santa Catarina | 26.725 | 12 | 54 | 5.878 | 20.781 | 2.696 | 5 | 8 | 1.042 | 1.641 |
| R. G. do Sul | 60.434 | 35 | 237 | 10.188 | 49.974 | 10.080 | 24 | 130 | 3.194 | 6.732 |
| Centro-Oeste | 63.391 | 42 | 206 | 19.472 | 43.671 | 4.778 | 14 | 93 | 2.803 | 1.868 |
| M. G. do Sul | 12.243 | 2 | 14 | 1.489 | 10.738 | 860 | 1 | 7 | 319 | 533 |
| Mato Grosso | 14.508 | 11 | 68 | 3.906 | 10.523 | 2.166 | 10 | 54 | 1.448 | 654 |
| Goiás | 28.042 | 29 | 111 | 13.608 | 14.294 | 1.449 | 3 | 32 | 1.024 | 390 |
| Distrito Federal | 8.59 | - | 13 | 469 | 8.116 | 303 | - | - | 12 | 291 |

Fonte: MEC/INEP/ SEEC.

Nota: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

ANEXO I – Número de Funções Docentes no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série

| 2 - FUNÇÕES DOCENTES | | | | | | | | | | |
|---|---|-------------|------------|----------------|---------------|--------------|-------------|------------|----------------|------------|
| Ensino Regular | | | | | | | | | | |
| 2.10 - Número de Funções Docentes no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série, por Localização e Nível de Formação, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação, em 27/3/2002 | | | | | | | | | | |
| Unidade da Federação | Funções Docentes no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série | | | | | | | | | |
| | Total | | | | | Rural | | | | |
| | Total | Fundamental | | Médio Completo | Superior Comp | Total | Fundamental | | Médio Completo | Sup Comp |
| Incompleto | | Completo | Incomp | | | | Completo | | | |
| Brasil | 809.125 | 5.126 | 17.888 | 541.313 | 244.798 | 216.936 | 4.522 | 13.513 | 179.772 | 19.129 |
| Nordeste | 278.478 | 2.993 | 11.258 | 222.684 | 41.543 | 120.533 | 2.707 | 9.152 | 102.107 | 6.567 |
| Maranhão | 37.859 | 1.052 | 3.204 | 32.281 | 1.322 | 20.325 | 1.029 | 2.990 | 16.166 | 140 |
| Piauí | 22.707 | 239 | 825 | 20.147 | 1.496 | 9.863 | 220 | 680 | 8.720 | 243 |
| Ceará | 39.307 | 241 | 913 | 25.303 | 12.850 | 16.044 | 188 | 604 | 12.674 | 2.578 |
| R. G. do Norte | 16.070 | 75 | 304 | 12.614 | 3.077 | 5.453 | 64 | 177 | 4.801 | 411 |
| Paraíba | 22.334 | 356 | 712 | 16.381 | 4.885 | 9.113 | 311 | 492 | 7.501 | 809 |
| Pernambuco | 38.282 | 72 | 659 | 27.985 | 9.566 | 13.060 | 45 | 146 | 11.530 | 1.339 |
| Alagoas | 15.086 | 65 | 527 | 12.883 | 1.622 | 6.962 | 60 | 441 | 6.260 | 201 |
| Sergipe | 10.400 | 32 | 205 | 8.922 | 1.241 | 4.294 | 24 | 131 | 4.072 | 67 |
| Bahia | 76.433 | 861 | 3.909 | 66.168 | 5.495 | 35.419 | 766 | 3.491 | 30.383 | 779 |
| Sudeste | 284.380 | 485 | 1.738 | 159.217 | 122.940 | 33.894 | 293 | 558 | 26.752 | 6.291 |
| Minas Gerais | 96.220 | 363 | 777 | 56.884 | 38.196 | 19.977 | 261 | 452 | 16.151 | 3.113 |
| Espírito Santo | 13.885 | 6 | 13 | 9.588 | 4.278 | 3.379 | 6 | 1 | 2.792 | 571 |
| Rio de Janeiro | 60.127 | 90 | 568 | 40.486 | 18.983 | 5.664 | 25 | 6 | 4.844 | 730 |
| São Paulo | 114.148 | 26 | 380 | 52.259 | 61.483 | 4.874 | 1 | 3 | 2.965 | 1.877 |
| Sul | 112.810 | 271 | 1.007 | 60.479 | 51.053 | 21.813 | 221 | 596 | 16.029 | 4.967 |
| Paraná | 43.945 | 55 | 279 | 22.476 | 21.135 | 5.374 | 36 | 120 | 4.327 | 891 |
| Santa Catarina | 23.350 | 56 | 187 | 11.939 | 11.168 | 5.173 | 39 | 137 | 3.549 | 1.448 |
| R. G. do Sul | 45.515 | 160 | 541 | 26.064 | 18.750 | 11.266 | 146 | 339 | 8.153 | 2.628 |
| Centro-Oeste | 56.807 | 270 | 699 | 31.665 | 24.173 | 7.426 | 222 | 432 | 5.739 | 1.033 |
| M. G. do Sul | 12.396 | 24 | 104 | 4.010 | 8.258 | 1.343 | 24 | 7 | 879 | 361 |
| Mato Grosso | 13.691 | 125 | 270 | 7.066 | 6.230 | 3.239 | 122 | 223 | 2.515 | 379 |
| Goiás | 22.830 | 121 | 320 | 16.436 | 5.977 | 2.357 | 76 | 130 | 2.013 | 138 |
| Distrito Federal | 7.890 | - | 5 | 4.153 | 3.732 | 487 | - | - | 332 | 155 |

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

Notas: 1) O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.
2) O mesmo docente de ensino fundamental pode atuar de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª série.

ANEXO J - Alunos Aprovados no Ensino Fundamental, por Série

| 5 - RENDIMENTO E MOVIMENTO ESCOLAR | | | | | | | | | |
|--|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Ensino Regular | | | | | | | | | |
| 5.1.4 - Número de Alunos Aprovados no Ensino Fundamental, por Série, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2001 | | | | | | | | | |
| Unidade da Federação | Alunos Aprovados no Ensino Fundamental | | | | | | | | |
| | Total | 1ª série | 2ª série | 3ª série | 4ª série | 5ª série | 6ª série | 7ª série | 8ª série |
| Brasil | 27.909.995 | 4.407.236 | 3.774.254 | 3.761.420 | 3.699.857 | 3.453.792 | 3.209.582 | 2.849.036 | 2.754.818 |
| Norte | 2.330.172 | 439.093 | 365.738 | 345.933 | 331.069 | 274.505 | 226.520 | 180.055 | 167.259 |
| Rondônia | 240.206 | 37.035 | 34.741 | 34.646 | 34.117 | 30.276 | 27.305 | 22.118 | 19.968 |
| Acre | 105.930 | 20.433 | 17.126 | 16.071 | 15.126 | 12.030 | 9.680 | 8.173 | 7.291 |
| Amazonas | 499.039 | 86.834 | 73.863 | 68.459 | 66.357 | 60.650 | 49.310 | 42.195 | 51.371 |
| Roraima | 62.152 | 9.070 | 8.813 | 9.233 | 8.766 | 8.170 | 7.037 | 5.898 | 5.165 |
| Pará | 1.092.927 | 231.908 | 181.693 | 169.901 | 159.026 | 122.373 | 96.988 | 73.009 | 58.029 |
| Amapá | 97.062 | 16.436 | 14.958 | 14.531 | 13.918 | 11.904 | 10.142 | 8.051 | 7.122 |
| Tocantins | 232.856 | 37.377 | 34.544 | 33.092 | 33.759 | 29.102 | 26.058 | 20.611 | 18.313 |
| Nordeste | 8.870.210 | 1.515.087 | 1.278.220 | 1.275.492 | 1.243.154 | 1.088.251 | 935.834 | 734.630 | 799.542 |
| Maranhão | 1.220.270 | 235.713 | 193.596 | 184.164 | 179.934 | 135.933 | 123.385 | 89.338 | 78.207 |
| Piauí | 571.518 | 116.646 | 84.970 | 84.518 | 82.593 | 70.692 | 54.483 | 40.562 | 37.054 |
| Ceará | 1.512.666 | 241.014 | 188.960 | 205.225 | 196.073 | 209.098 | 160.322 | 128.312 | 183.662 |
| R. G. do Norte | 467.275 | 73.345 | 69.736 | 66.414 | 64.267 | 58.008 | 50.704 | 43.936 | 40.865 |
| Paraíba | 606.903 | 99.666 | 89.169 | 92.617 | 97.339 | 76.127 | 58.670 | 49.916 | 43.399 |
| Pernambuco | 1.245.783 | 192.679 | 176.321 | 177.359 | 167.114 | 159.857 | 139.173 | 121.399 | 111.881 |
| Alagoas | 484.093 | 91.783 | 77.345 | 73.508 | 65.946 | 58.320 | 46.219 | 38.314 | 32.658 |
| Sergipe | 286.127 | 47.119 | 43.548 | 42.442 | 40.693 | 36.016 | 28.725 | 24.968 | 22.616 |
| Bahia | 2.475.575 | 417.122 | 354.575 | 349.245 | 349.195 | 284.200 | 274.153 | 197.885 | 249.200 |
| Sudeste | 11.110.874 | 1.654.378 | 1.409.640 | 1.413.921 | 1.373.361 | 1.351.141 | 1.372.877 | 1.323.664 | 1.211.892 |
| Minas Gerais | 3.063.918 | 441.064 | 389.884 | 400.344 | 391.887 | 392.083 | 376.914 | 367.382 | 304.360 |
| Espírito Santo | 476.328 | 63.043 | 62.103 | 60.334 | 62.358 | 62.795 | 60.003 | 54.357 | 51.335 |
| Rio de Janeiro | 2.025.058 | 425.737 | 246.212 | 252.218 | 241.725 | 243.643 | 226.444 | 200.917 | 188.162 |
| São Paulo | 5.545.570 | 724.534 | 711.441 | 701.025 | 677.391 | 652.620 | 709.516 | 701.008 | 668.035 |
| Sul | 3.640.975 | 510.440 | 474.979 | 482.499 | 495.261 | 474.424 | 433.066 | 394.569 | 375.737 |
| Paraná | 1.403.359 | 206.257 | 185.666 | 191.765 | 196.627 | 180.500 | 161.898 | 146.044 | 134.602 |
| Santa Catarina | 843.464 | 113.972 | 108.262 | 108.798 | 112.961 | 110.826 | 101.856 | 91.788 | 95.001 |
| R. G. do Sul | 1.394.152 | 190.211 | 181.051 | 181.936 | 185.673 | 183.098 | 169.312 | 156.737 | 146.134 |
| Centro-Oeste | 1.957.764 | 288.238 | 245.677 | 243.575 | 257.012 | 265.471 | 241.285 | 216.118 | 200.388 |
| M. G. do Sul | 351.975 | 56.082 | 49.565 | 46.489 | 47.498 | 47.175 | 39.272 | 34.966 | 30.928 |
| Mato Grosso | 456.694 | 71.347 | 51.800 | 57.829 | 65.018 | 61.229 | 55.439 | 49.303 | 44.729 |
| Goiás | 845.608 | 120.770 | 106.832 | 101.338 | 105.468 | 119.730 | 108.605 | 95.307 | 87.558 |
| Distrito Federal | 303.487 | 40.039 | 37.480 | 37.919 | 39.028 | 37.337 | 37.969 | 36.542 | 37.173 |
| | | | | | | | | | |

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

